

Relatório de Gestão do exercício de 2018



Relatório de Gestão do exercício de 2018

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Relatório de Gestão do exercício de 2018

Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2018, apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), como prestação de contas anual a que este CGEE está submetido nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (IN) TCU nº 63/2010 (alterada pela IN TCU nº 72/2013), da Decisão Normativa (DN) TCU nº 170/2018 e da Portaria TCU nº 369/2018, bem como das orientações complementares do Sistema de Prestação de Contas Anuais (e-Contas).

Responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Brasília, 2019.

Lista de siglas encontradas neste relatório

ABDI | Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
AGITEC | Agência de Gestão e Inovação Tecnológica
Previ | Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Cedes | Centro de Estudos e Debates Estratégicos
CGEE | Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CDR | Centros Desenvolvimento Regional
CT&I | Ciência, Tecnologia e Inovação
CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Capes | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENCTI | Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
Finep | Financiadora de Inovação e Pesquisa
GEF | Global Environment Facility
INPC | Índice Nacional de Preço ao Consumidor
MEPT | Mapa da Educação Profissional e Tecnológica
MCTIC | Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC | Ministério da Educação
OS | Organização Social
PETI | Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PNE | Portadores de Necessidades Especiais
Pnuma | Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SNCT | Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SNCTI | Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
SBPC | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TI | Tecnologia da Informação
TCU | Tribunal de Contas da União
Inep | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CNPJ | Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
POSIC-CGEE | Política de Segurança da Informação do CGEE

Lista de tabelas

Tabela 1 – Projetos e serviços conduzidos pelo CGEE ao longo de 2018	30
Tabela 2 – Metas pactuadas pelo CGEE com o seu órgão supervisor, MCTIC	31
Tabela 3 – Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão – 2010/2018	35
Tabela 4 – Saldo da conta corrente do CGEE em 31/12/20018	35
Tabela 5 – Dispendios realizados por Linha Contábil	36
Tabela 6 – Previsões de dispendio e gastos realizados	37
Tabela 7 – Tabela 7: Histórico da Reserva Técnica do CGEE de 2010 a 2018	37
Tabela 8 – Valor do repasse financeiro e despesas com pessoal e encargos	38
Tabela 9 – Demonstrativo dos percentuais de despesas com pessoal e encargos e dos repasses financeiros – Contrato de Gestão 2010/2018	38
Tabela 10 – Pagamento de pessoal por faixas de salário	40
Tabela 11 – Custo e carga horária anual com capacitação	41
Tabela 12 – Balanço Patrimonial	52

Tabela 13 – Demonstração do superávit e déficit do exercício	53
Tabela 14 – Demonstração de fluxo de caixa	54
Tabela 15 – Demonstração da mutação do patrimônio social	55
Tabela 16 – Tabela 16	58
Tabela 17 – Tabela 17	59
Tabela 18 – Tabela 18	59
Tabela 19 – Tabela 19	60
Tabela 20 – Quadro de receitas de contratos administrativos	62
Tabela 21 – Quadro de cancelamento de notas fiscais contratos administrativos	62
Tabela 22 – Tabela 22	63
Tabela 23 – Deliberações do Tribunal de Contas da União	65
Tabela 24 – Deliberações do Tribunal de Contas da União	66

Gráfico

Gráfico 1 – Custos de pessoal e encargos	41
--	----

Lista de figuras

Figura 1 – Estrutura organizacional do CGEE	13
Figura 2 – Dinâmica de atuação da OS	15
Figura 3 – Estrutura de governança do CGEE	19
Figura 4 – Tipos de vínculos empregatícios	39
Figura 5 – Distribuição etária dos funcionários do CGEE	40
Figura 6 – Distribuição de pessoal por gênero	42

Lista de anexos

Anexo I – Plano de ação 2018	68
Anexo II – Demonstrativo de produtos com prazo de entrega em 31/12/2018	72
Anexo III – Quadro resumo de projetos e atividades em 2018	74
Anexo IV – Detalhamento das capacitações/treinamentos – janeiro a dezembro de 2018	75
Anexo V – Declaração de integridade	77
Anexo VI – Relatório Anual 2018 da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) do Contrato de Gestão do CGEE	78



Sumário

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	9
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	12
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	18
4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	27
5. RESULTADOS DA GESTÃO	30
6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	34
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	49
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	65
9. ANEXOS	68



1. Mensagem do dirigente máximo da unidade

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) foi instituído em 2001, na forma de associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como organização social. Tem como missão subsidiar processos de tomada de decisão em temas relacionados à ciência, tecnologia, inovação (CT&I) e educação, por meio de estudos prospectivos e de avaliação estratégica com base em ampla articulação e mobilização de especialistas e instituições públicas e privadas do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Os principais objetivos perseguidos pelo CGEE são: (1) Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivos de alto nível nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços; (2) Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, dos programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos; (3) Difundir, junto à sociedade, informações, experiências e projetos relativos a sua área de atuação; (4) Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação com o setor empresarial; (5) Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas, em diversas áreas de conhecimento; e (6) Prestar serviços relacionados a sua área de atuação.

Ao término de mais um ano, o Centro tem a satisfação de relatar os resultados obtidos por esta organização social, na tarefa de prover insumos de alta qualidade para a tomada de

decisão relacionada a programas, políticas públicas e grandes projetos de natureza estratégica em sua área de atuação.

Progressos expressivos foram feitos na capacidade do Centro em especificar processos de inteligência em CT&I, utilizados em estudos de natureza prospectiva e de avaliação estratégica. As interações entre as equipes do CGEE e das principais agências federais - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - dão provas da eficácia das metodologias desenvolvidas pelo Centro na avaliação dos seus principais programas, em grande medida apoiadas por ferramentas digitais modernas que aumentam a capacidade analítica dos especialistas envolvidos nessas atividades.

Essa competência institucional tem se revelado única no apoio a instituições públicas e privadas que contratam administrativamente o CGEE na busca da instrumentalização de processos de inteligência em CT&I ou na obtenção de resultados que organizem e orientem suas formas de atuação. Esse foi o caso do Banco Mundial que, com recursos financeiros do Global Environment Facility (GEF) e por meio da operação no Brasil do Programa das Nações



Marcio de Mirando dos Santos
Presidente do CGEE

Foto 1: Banco de imagens do CGEE.

Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), contratou o CGEE para identificar, selecionar e avaliar os impactos, no território nacional, de tecnologias que ampliem as ações de sustentabilidade nas cidades brasileiras. Esse também foi o caso dos trabalhos realizados para a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que contratou o CGEE para difundir, no meio industrial nacional, os conceitos e impactos potenciais da revolução tecnológica que se verifica em processos de manufatura avançada. A competência instalada no Centro também despertou a atenção da Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC) do Exército Brasileiro, que busca estruturar, em parceria com o CGEE, processos de inteligência tecnológica associados às capacidades militares e operativas dessa Força Armada nacional.

Observa-se, com uma nítida sensação de dever cumprido, o desenvolvimento, em fase final, dos mapas elaborados pelo Centro para o Ministério da Educação (MEC) e que buscam confrontar, no território, a demanda por profissionais de nível médio e superior com a oferta de cursos de formação, em âmbito nacional, nesses níveis. Tais mapas deverão remeter para patamar de maior eficiência a gestão dos principais programas conduzidos por esse Ministério, assim como a sua capacidade de formular e acompanhar políticas públicas em educação.

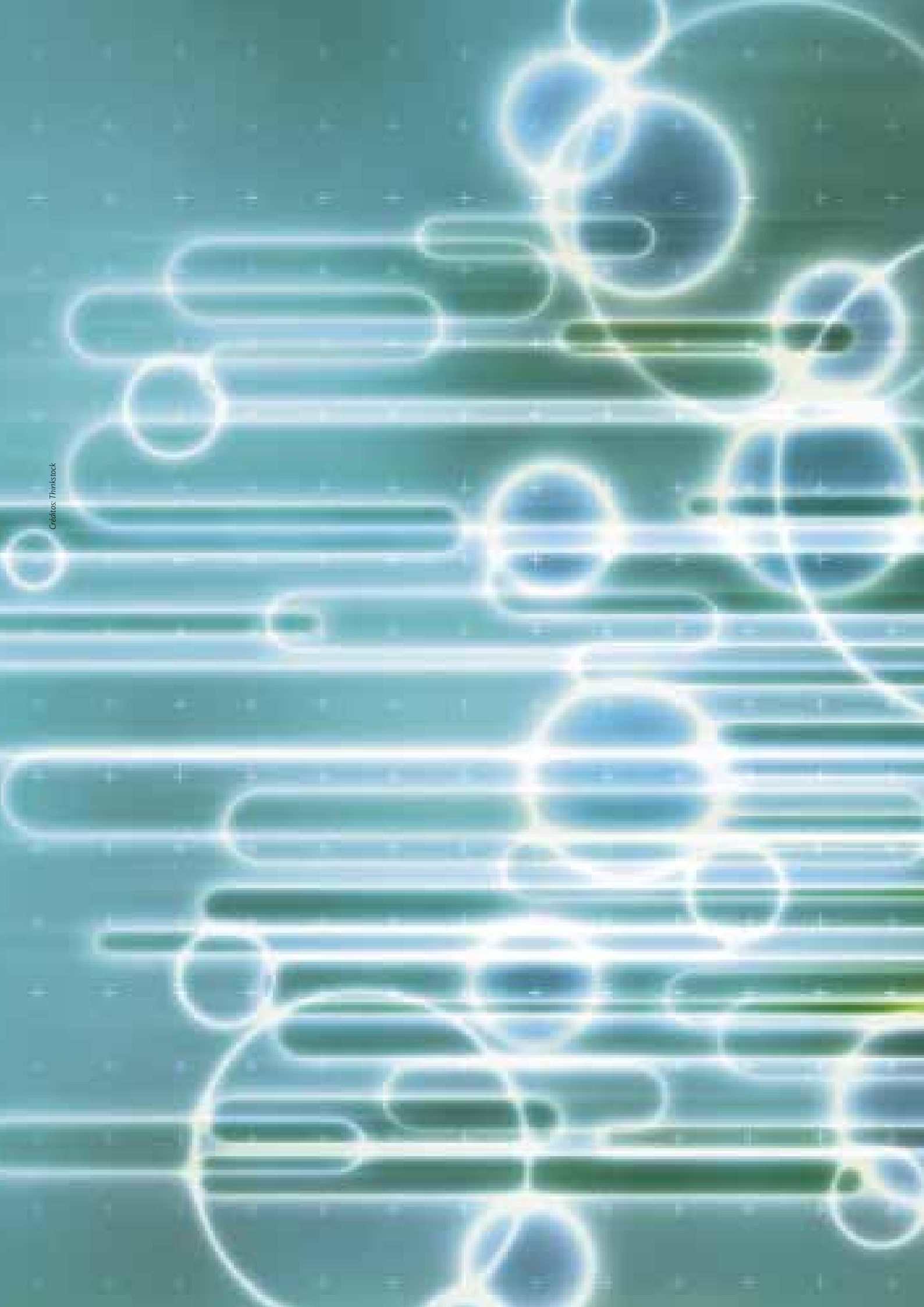
Os resultados alcançados ao longo de 2018 mostram, de forma cristalina, que investimentos continuados nessa área, por meio do Contrato de Gestão, criam e ampliam competências de gestão inovadoras, com o emprego de tecnologia avançada, que faz uso de grandes volumes de dados e conta com a mobilização de especialistas nacionais e internacionais.

Como estratégia corporativa, o Centro tem se esforçado para criar as condições de transferência de parte substantiva dessa capacidade analítica para atores do SNCTI, seja no que se refere à modelagem conjunta de processos de inteligência, seja nas ações de treinamento e capacitação para o uso de ferramental analítico sofisticado, que oferece condições para lidar com grandes massas de dados originários de milhares de fontes diversificadas de informações, inclusive aquelas gerenciadas por esses mesmos atores do Sistema. Essa postura institucional tem origem na compreensão de que as demandas por estudos e análises são potencialmente inumeráveis e que, portanto, atuando de forma isolada, o Centro jamais será capaz de atendê-las sem pulverizar sua agenda programática.

Cabe aqui um destaque especial para os resultados obtidos por meio de um dos projetos fomentados pelo Contrato de Gestão e que levou o Centro a obter a certificação ISO 9001 para o Ciclo de Vida de Projetos e Serviços do CGEE, uma credencial que posiciona esta instituição junto aos seus clientes em um patamar diferenciado de qualidade e de reconhecimento internacional.

Enfim, nossa expectativa é a de que a leitura desse Relatório reforce a percepção de tomadores de decisão sobre a importância do Centro para o SNCTI, com foco na condução de atividades de natureza estratégica e relevantes para o desenvolvimento econômico e social do País.

Marcio de Miranda Santos
Presidente do CGEE



2. Visão geral organizacional e ambiente externo

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em consonância com o estabelecido na Lei n.º 9.637/98, que viabiliza e estimula a execução de tarefas não exclusivas de Estado por instituições privadas, é uma associação civil sem fins lucrativos, que mantém Contrato de Gestão com a União desde 2002 e é supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), com a interveniência do Ministério da Educação (MEC). O Contrato de Gestão tem como objetivo o fomento de atividades relacionadas com a gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos prospectivos e a avaliação de programas para a geração de subsídios voltados à formulação de políticas e estratégias governamentais.

O CGEE foi legalmente constituído com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificado como organização social por meio do Decreto nº 4.078 da Presidência da República, de 9 de janeiro de 2002, para executar atividades de interesse público.

Sua criação se deu em Assembleia Geral realizada durante a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ocorrida em setembro de 2001, tendo assinado a ata de fundação, na condição de sócios fundadores, 264 profissionais da área de CT&I, presentes à Conferência.

Ao longo de sua trajetória, o Centro admitiu mais 82 associados, sendo 74 na condição de pessoa física e 08 na condição de pessoa jurídica. A relação completa dos associados pode ser acessada no site do CGEE, no endereço < www.cgee.org.br >.

Sua atuação tem foco no ambiente da ciência, do desenvolvimento tecnológico e da promoção da inovação. Para isso, desenvolve trabalhos em três áreas nodais:

- Realização de estudos de futuro;
- Condução de avaliações estratégicas de políticas e programas;
- Serviços de inteligência estratégica para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

Adicionalmente, o Centro promove a interlocução, a articulação e a interação entre os atores do SNCTI, especialmente em temas que se referem à aproximação entre os setores produtivo, acadêmico e governamental.

Com uma equipe multidisciplinar, o CGEE específica, coordena e conduz sua agenda de trabalho com foco em resultados. Para isso, adota procedimentos que privilegiam sua atuação por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, que atuam no Brasil e no exterior, e pela mobilização de competências técnicas internas e externas, de acordo com as seguintes Linhas de Ação:

- I. Estudos, Análises e Avaliações;
- II. Articulação;
- III. Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI;
- IV. Disseminação de Informação em CT&I; e
- V. Desenvolvimento Institucional.

Os principais objetivos da instituição são:

- Promover e realizar estudos e pesquisas prospectivas de alto nível nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação e suas relações com setores produtores de bens e serviços;
- Promover e realizar atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, dos programas e projetos científicos, tecnológicos, de inovação e de formação de recursos humanos;
- Difundir informações, experiências e projetos à sociedade;
- Promover a interlocução, articulação e interação dos setores de educação, ciência, tecnologia e inovação com o setor empresarial;
- Desenvolver atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas; e
- Prestar serviços relacionados a sua área de atuação.

O CGEE se organiza por meio de uma estrutura composta pela Assembleia Geral, por um

Conselho de Administração, um presidente, um diretor-executivo e até cinco diretores. O Conselho de Administração do Centro é o órgão de orientação e deliberação superior, formado por membros natos e eleitos, cujas atribuições estão descritas no Estatuto Social do CGEE, documento que pode ser acessado no site da instituição, por meio no endereço <<https://www.cgee.org.br/documentos-normativos>>.

Atualmente, por decisão do Conselho de Administração, a Diretoria do Centro é composta por um presidente e dois diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, segundo as diretrizes constantes em Plano Diretor e planos de ação aprovados anualmente pelo referido Conselho.

As competências do presidente e dos membros da Diretoria estão descritas nos artigos 29 e 31 do Estatuto Social e nos artigos 19, 20 e 21 do Regimento Interno, documentos estes disponíveis no site do CGEE, no endereço <<https://www.cgee.org.br/documentos-normativos>>.



Figura 1 – Estrutura organizacional do CGEE



Reunião realizada no CGEE
Foto 2: Banco de imagens do CGEE.

A organização do funcionamento das atividades do CGEE está alinhada com um modelo de gestão que prioriza a direção compartilhada entre os membros da Diretoria, reservando para o Presidente as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e o Regimento Interno do Centro.

Os diretores têm, sob sua supervisão, um conjunto de projetos e atividades definidos no Plano de Ação dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão. Para cada projeto e atividade, a diretoria do Centro designa um coordenador, segundo suas competências e habilitações profissionais. Por sua vez, o gestor administrativo atua na supervisão de atividades de suporte e gestão operacional ao funcionamento da instituição, ações estas organizadas sob a forma de coordenações setoriais (Recursos Humanos; Finanças e Contabilidade; Compras e Serviços; Contratos; Eventos e Tecnologia da Informação).

Concebido para produzir subsídios destinados à formulação de políticas públicas em Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação, o CGEE atua

a partir do fomento recebido da União, tendo seus trabalhos - Atividades (projetos e serviços) e Projetos Temáticos - definidos a partir de demandas de atores relevantes do SNCTI, bem como de propostas feitas pelo próprio Centro, com o aval do seu Conselho de Administração, cuja composição pode ser conhecida no endereço <<https://www.cgee.org.br/conselhos>>.

Essa formatação do Conselho de Administração parte da premissa de que os vários entes da sociedade envolvidos num determinado segmento são capazes de julgar e avaliar melhor os caminhos a serem seguidos por este Centro. Além disso, parte-se do entendimento de que a ciência, a tecnologia, a inovação e a educação, não sendo áreas exclusivas de atuação do Estado, terão melhores resultados a partir de uma atuação integrada e articulada com os atores representativos do SNCTI, o que pode levar o poder executivo a incorporar modalidades de ação onde o compartilhamento de iniciativas seja viabilizado em novas institucionalidades, desonerando parcialmente a ação estatal e dividindo responsabilidades com a sociedade.

O CGEE foi constituído como parte desse ferramental, onde o arcabouço legal trazido pela Lei 9.637/98 viabiliza essa parceria com o poder público, tendo suas obrigações, seus deveres e mecanismos de acompanhamento e avaliação, definidos em Contrato de Gestão.

Para ilustrar como se dá o processo prático de atuação desse formato junto ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e junto ao interveniente, o Ministério da Educação (MEC), o Centro expõe o seguinte modelo:

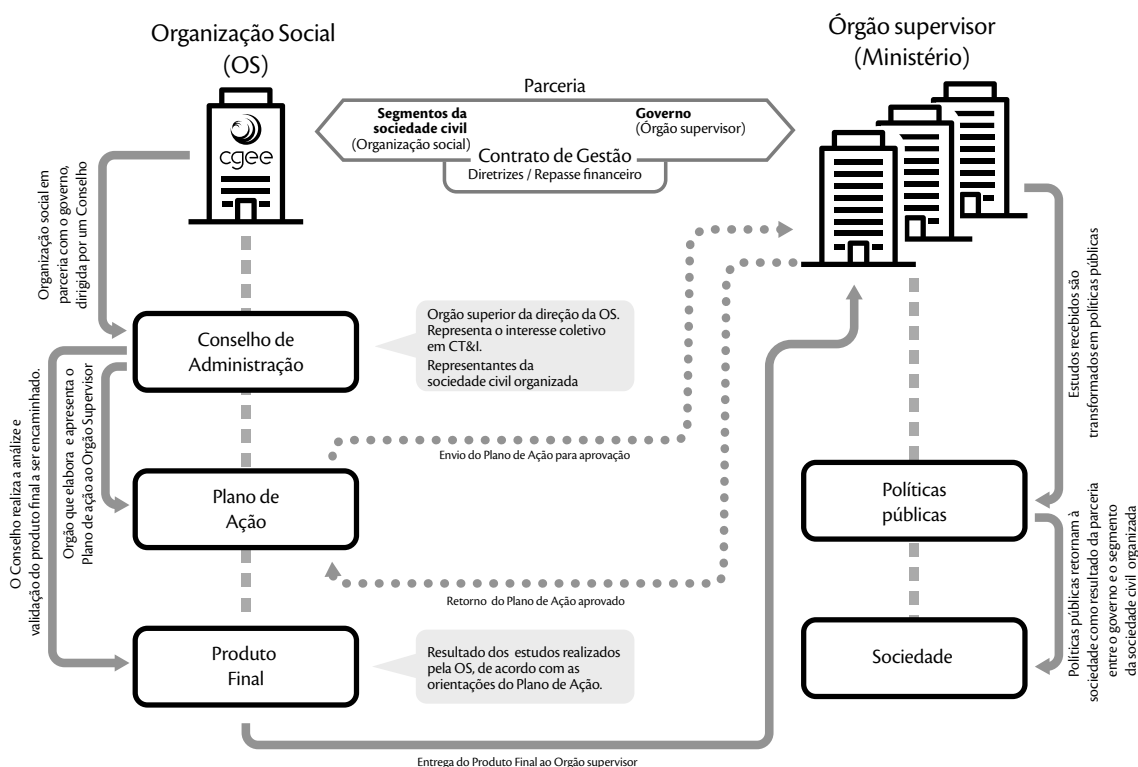


Figura 2 – Dinâmica de atuação da OS

Organizações Sociais (OS) – Qualificação dada pelo Poder Executivo a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos em lei.

Contrato de Gestão - Instrumento firmado entre o poder público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas determinadas.

Produto Final - Estudos, avaliações, prognósticos e propostas de ação.

Plano de Ação – Programa de trabalho proposto pela organização social, a ser apresentado ao órgão supervisor do Contrato de Gestão, no caso do CGEE, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Conselho de Administração – Órgão de deliberação e orientação superior da organização social. Formado por 20 a 40% de membros natos representantes do poder público; 20 a 30% de membros natos representantes de entidades da sociedade civil; até 10% de membros eleitos dentre os membros ou os associados da OS; 10 a 30% de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho; até 10% de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.

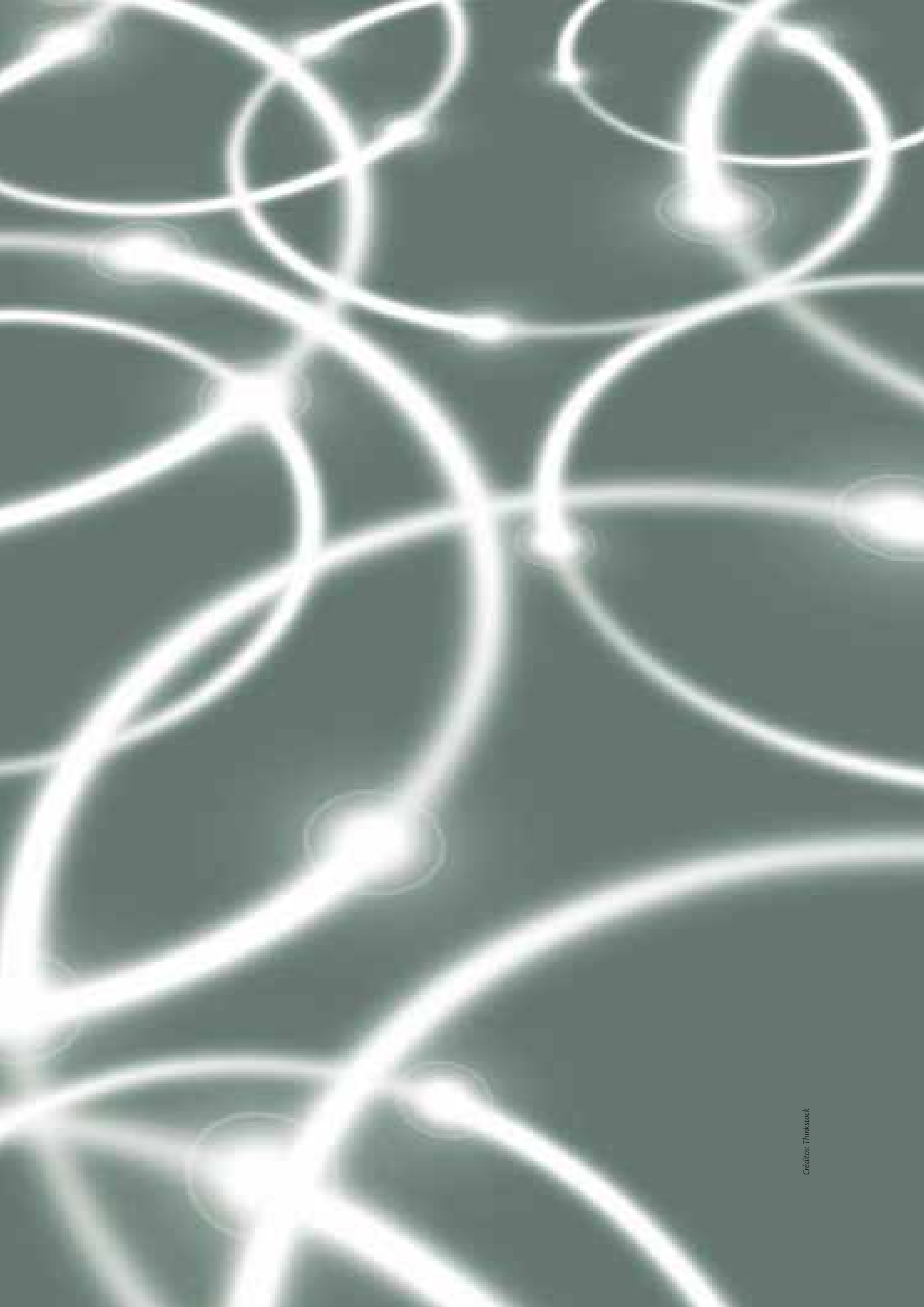
É importante destacar que a abordagem metodológica utilizada pelo CGEE para a condução de estudos de futuro e de avaliação estratégica está centrada na aquisição, no tratamento, na análise e na interpretação de grandes volumes de dados e informações associados aos temas constantes em sua carteira de projetos. Esse processo busca agregar valor a dados e informações, acessíveis em fontes públicas e privadas, de forma a

gerar conhecimentos úteis para a tomada de decisão de alto nível na elaboração de políticas, programas e projetos estratégicos nas áreas de CT&I e educação.

O CGEE também executa contratos administrativos, cujos objetos respondem a demandas oriundas de instituições públicas e privadas das áreas de ciência, tecnologia, inovação e educação, conforme explicitado nos seus objetivos

estatutários e naqueles constantes do Contrato de Gestão vigente. Os modelos de negócio praticados nos contratos administrativos variam em função da parte contratante, podendo incluir ou não, em maior ou menor grau, transferência de tecnologia, em função da natureza jurídica. Instituições públicas do setor, em particular as agências federais vinculadas ao MCTIC e ao MEC, são as que recebem maior apoio metodológico

para a condução autônoma de estudos, análises e avaliações, a partir de métodos e ferramentas de propriedade do CGEE ou dominadas pelo Centro. Entes privados contratantes do CGEE são recebedores de entregáveis que não possuem detalhes dos métodos e das ferramentas utilizados para a sua obtenção e não terão instalados, em suas dependências, as ferramentas de propriedade do Centro.



3. Planejamento estratégico e governança

Desde a sua criação, o CGEE lida com o desafio central de manter uma estrutura eficiente e capaz de garantir o cumprimento de sua missão. Ao longo de sua história, foram registrados avanços na atração, no desenvolvimento e na manutenção de competências técnicas individuais e coletivas de alto nível, organizadas de forma dinâmica e orientadas por resultados, assim como a formação de parcerias nacionais e internacionais concebidas de forma a assegurar a permanente atualidade das ferramentas e dos métodos utilizados pelo Centro.

Os resultados alcançados refletem a implantação de projetos e serviços alinhados às diretrizes políticas do governo federal, em especial a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), e às dez Diretrizes Estratégicas constantes do Plano Diretor do Centro, listadas a seguir:

- Ampliar os espaços de interlocução junto ao órgão supervisor para que os estudos e as análises conduzidos pelo Centro sejam, prioritariamente, definidos em um planejamento estratégico de médio e longo prazo, à luz da política de CT&I e de outras políticas públicas afins;
- Fortalecer a atuação programática no sentido de manter e fazer evoluir a elaboração de produtos de interesse geral para o SNCTI, como estudos prospectivos, avaliações e análises estratégicas;
- Aproximar o Centro do perfil de uma instituição capaz de gerenciar módulos de desenvolvimento, produção - em distintas escalas de entregas - e vendas de serviços de inteligência em CT&I para atores do SNCTI;
- Desenvolver e difundir o uso, no âmbito do SNCTI, de ferramentas de busca e de processamento automático de informações, a partir de bases de dados nacionais e internacionais que possam subsidiar a tomada de decisão;
- Estruturar, com atores públicos e privados do SNCTI, redes de ambientes de observação, diálogo e identificação de apostas tecnológicas em áreas estratégicas da política de CT&I;
- Buscar maior equilíbrio entre o atendimento de demandas Ad hoc do SNCTI e destas com as programações do próprio Centro, à luz da sua capacidade crescente de antecipação de tendências em CT&I;
- Consolidar-se como instância geradora de insumos estratégicos, no contexto de uma carteira de projetos que amplie sua capacidade de mobilização junto aos setores privados, governamentais e acadêmicos;
- Estreitar relações com os entes privados nacionais, assegurando maior proximidade às orientações estratégicas associadas à geração, absorção, difusão e apropriação de resultados dos processos de inovação;
- Apoiar instituições do SNCTI na internacionalização das agendas prioritárias, como parte do processo de intensificação da colaboração com entidades congêneres internacionais; e
- Ampliar a oferta de serviços na sua área de atuação para entes da União, em particular os ligados à educação e à competitividade industrial, mantendo foco na atenção às demandas advindas do MCTIC.

O CGEE adota modelo de gestão que prioriza o compartilhamento de informações no processo de tomada de decisão, nos seus âmbitos de governança, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno. Os projetos e serviços conduzidos pelo Centro são coordenados por profissionais técnicos, de acordo com suas

competências, levando-se em consideração o escopo temático de cada uma dessas atividades, sendo a supervisão desses trabalhos reservada a um diretor da instituição.

O Centro se organiza conforme a seguinte estrutura:

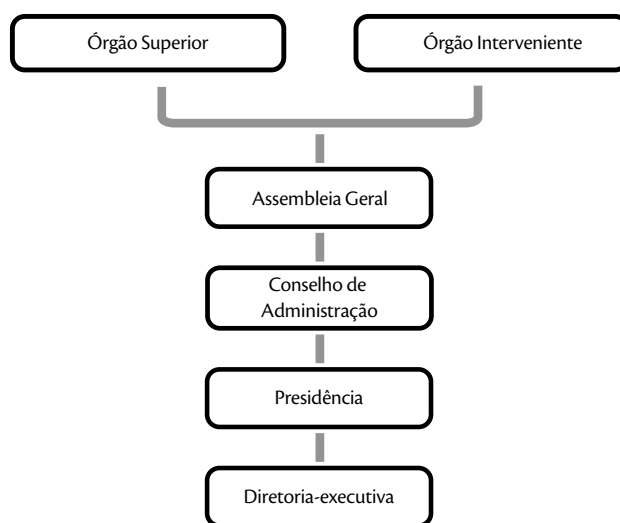


Figura 3 – Estrutura de governança do CGEE

O Estatuto Social do CGEE, no seu Capítulo V – Da Administração e da Organização, estabelece os órgãos da administração do Centro, cujos componentes são: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

Ainda segundo o Estatuto Social, a Diretoria do Centro é composta por um presidente, podendo contar, ainda, com um diretor-executivo e até cinco diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, de acordo com as diretrizes e os planos aprovados pelo Conselho de Administração.

O Regimento Interno do CGEE, no seu Artigo 18, parágrafo único, dispõe que a Direção

do CGEE contará com apoio de um gestor administrativo, nomeado pelo presidente, a quem caberá coordenar, controlar e orientar a execução das atividades administrativas, financeiras, de pessoal e serviços de suporte logístico, além de outras que lhe forem atribuídas pelo diretor-executivo.

Como forma de organizar a execução de seus trabalhos, o CGEE definiu cinco Linhas de Ação que orientam a elaboração da sua agenda de atuação junto ao MCTIC, seu órgão supervisor do Contrato de Gestão, quais sejam:

Estudos, análises e avaliações

O CGEE busca, permanentemente, agregar valor aos processos de tomada de decisão em alto nível do SNCTI, a partir de visões prospectivas obtidas por meio de processos modernos e participativos de gestão da informação e do conhecimento, além de articulação dos principais atores envolvidos.

Articulação

Um importante aspecto a ser destacado no âmbito das ações do Centro é o estabelecimento de bases metodológicas para o trabalho em rede, um elemento importante para subsidiar a formulação de políticas públicas. Os seus fundamentos devem considerar, entre outras questões, as necessidades de conhecimento e de discussão a respeito dos principais modelos de rede nascidos de experimentos científico-tecnológicos, político-sociais e artístico-culturais existentes no Brasil. O CGEE busca, ainda, contribuir para o aprimoramento institucional do SNCTI, com destaque para as questões de segurança jurídica e marco regulatório.

Apoio técnico à gestão estratégica do SNCTI

A missão institucional do CGEE será melhor cumprida à medida que se consolidam subsídios para a formulação de políticas públicas e para a gestão estratégica do SNCTI, particularmente no que se refere: aos aspectos ligados ao financiamento (fontes orçamentárias e não orçamentárias); ao aprimoramento dos marcos legais em CT&I; à busca de sinergias entre os seus principais atores; e aos ganhos em eficiência na gestão programática de natureza estratégica.

Disseminação de informação de CT&I

Os dados e as informações, públicos e privados, são os principais insumos para os trabalhos conduzidos pelo CGEE. A sua aquisição, o seu tratamento, a sua visualização e disseminação são constitutivos da atuação do Centro na melhoria da qualidade da tomada de decisão associada a temas estratégicos de interesse nacional na área de CT&I. O número de fontes de informação cresce de forma exponencial em âmbito nacional e internacional, exigindo do Centro liderar a construção de ferramental e métodos para que seja possível a consecução das etapas anteriormente destacadas.

Nesse contexto, estão, também, as atividades de editoração e disseminação dos principais resultados obtidos pelo Centro vinculados aos trabalhos realizados no âmbito das suas Linhas de Ação e áreas nodais de atuação.

Desenvolvimento institucional

A capacitação e o aprimoramento contínuo do corpo técnico e administrativo do CGEE fazem parte das atividades principais do Centro, incluindo a interação com grupos de instituições congêneres do Brasil e do exterior. Por meio dessa Linha de Ação, o CGEE também moderniza, permanentemente, as suas metodologias de trabalho (métodos e ferramentas), com vistas a proporcionar maior eficiência à execução de seus estudos, suas análises e avaliações.

3.1 Instrumentos de auditoria e controle

Em razão de seu modelo institucional, o CGEE não está obrigado a possuir sistema interno de auditoria. Apesar de ter mecanismos simplificados, estes têm se mostrado bastante efetivos em sua operacionalização. O Centro possui um Conselho Fiscal, que acompanha a situação econômico/financeira da instituição com regularidade, manifestando-se previamente a cada reunião do Conselho de Administração, indicando recomendações e providências. O Conselho Fiscal ainda examina balancetes e pareceres da auditoria independente e orienta as decisões do Conselho de Administração.

Os trabalhos de auditoria independente são contratados anualmente, sendo assegurado que nenhum prestador desses serviços permaneça nessa condição por mais de três anos seguidos. O trabalho desenvolvido obedece a um plano previamente aprovado pelo Conselho de Administração em sua segunda reunião ordinária anual. Esse plano, além das usuais práticas de avaliação adotadas para instituições como o CGEE, obedece às recomendações emitidas pelo MCTIC e de eventuais contratos

mantidos pelo CGEE com organizações nacionais ou internacionais. Em 2018 a empresa contratada para a auditoria independente foi a VR GROUP AUDITORES & CONSULTORES S/S, com sede em Goiânia, Goiás, na Avenida Deputado Jamel Cecílio, n.º 2496, Sala B21, Edifício New Business Style, Jardim Goiás, CEP: 74.810-100 e CNPJ nº 23.143.024/0001-03, tendo sua avaliação e seu parecer sido expressos em três documentos distintos. O primeiro trata do exame das componentes do Contrato de Gestão, o segundo avalia o Centro como um todo e, finalmente, o terceiro diz respeito a uma avaliação das práticas realizadas no âmbito do contrato mantido pelo CGEE com a ONU Ambiental, para o Projeto Cidades Sustentáveis, e que deverá estar concluído até junho de 2019.

Ao longo de sua existência, em nenhuma ocasião, o Centro defrontou-se com ilícitos administrativos passíveis de apuração ou correção, além de, dada sua característica institucional, não serem cabíveis de “apuração de responsabilidade por danos ao erário”.

3.2 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

O portal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), hospedado no endereço <<https://www.cgee.org.br/>>, é o principal meio de comunicação dessa instituição com a sociedade e, especificamente, com os interessados nos conteúdos resultantes de suas atividades e seus projetos. Por meio desse canal, o público tem acesso, entre outros dados, a informações referentes aos eventos e estudos realizados no âmbito das Linhas de Ação

programáticas do Centro. No mesmo espaço, são divulgadas notícias sobre as iniciativas desenvolvidas em parceria com as demais instituições do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Desde a sua reformulação, em outubro de 2015, o portal recebe periódicas atualizações e inserções de páginas pertinentes aos novos trabalhos que passam a fazer parte da agenda desta organização social, além de disponibilizar aos

usuários uma série de melhorias para facilitar a navegabilidade. No ano de 2018, o portal obteve mais de 175 mil acessos e registrou mais

de 108 mil downloads, incluindo conteúdos alusivos a estudos e publicações.



Imagem 1: Portal CGEE

A comunicação com o usuário é realizada, principalmente, pelo e-mail info@cgee.org.br. São recebidas, periodicamente, várias solicitações nesse endereço. Esses pedidos são analisados e distribuídos aos empregados do Centro responsáveis pelas demandas em questão.

O CGEE também realiza e participa, anualmente, de uma série de eventos que são importantes canais de interação com a sociedade em geral e com integrantes do SNCTI. Tais agendas proporcionam espaço para a popularização da ciência e para a ampliação de debates que possam vir a contribuir com o aprimoramento das políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) do País. Em 2018, o Centro organizou 95 eventos, no Distrito Federal e nas demais unidades da Federação, com a participação de 2370 representantes da área de (CT&I), entre pesquisadores, gestores e demais profissionais,

além do público em geral. Essas agendas mobilizaram representantes de 623 instituições de todo o País, ligadas ao setor.

Dos eventos realizados pelo CGEE ou dos quais o Centro participou em 2018, podem ser destacados: i) o Seminário Internacional Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional, promovido em parceria com o Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados, em que foram lançados conteúdos pertinentes ao projeto, conduzido pelo CGEE, de Subsídios para a criação do programa Centros Desenvolvimento Regional (CDR); ii) a 70ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), considerada a maior iniciativa de divulgação científica do País, em que o CGEE lançou o estudo sobre CubeSats; iii) o I Seminário de Avaliação de Políticas de CT&I, realizado em parceria

com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); iv) a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) de 2018; e v) os Painéis CTI-ODS 2030, realizados em quatro capitais brasileiras. Como os principais eventos promovidos pelo Centro no ano, todos ofereceram espaço e acesso à livre participação de interessados, além de terem tido ampla divulgação nos canais de comunicação do CGEE e reforço nas ações de assessoria de imprensa, de modo a atrair a participação dos públicos-alvo e da sociedade em geral.

As redes sociais também são importantes canais de relacionamento com a sociedade. No Twitter, os posts do Centro registraram 260 mil impressões. A página divulga estudos e ações, como eventos realizados pela instituição. Além disso, serve de espaço para respostas às dúvidas do público em geral. O LinkedIn do Centro, por sua vez, é voltado para o público especializado, que já conhece as atividades da organização.

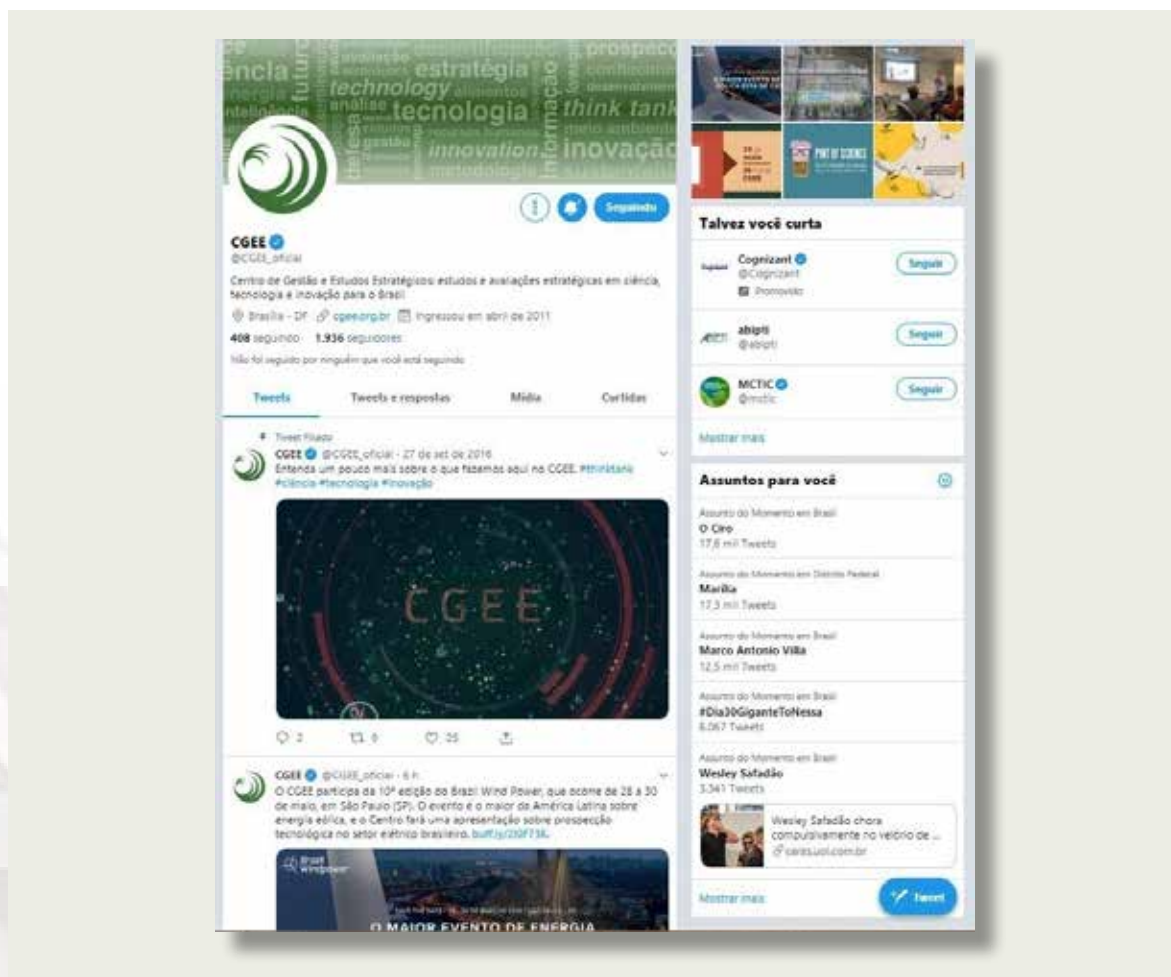


Imagem 2: Perfil do CGEE no Twitter

Esse conjunto de meios e instrumentos de comunicação utilizado pelo CGEE em 2018, no âmbito da Linha de Ação Disseminação da

Informação em CT&I, foi complementado pelas publicações dos números 46 e 47 da revista Parcerias Estratégicas. A edição de junho (46)

reuniu artigos que tratam de Contribuições do CGEE para o SNCTI, além de produções que perpassam a Ciência da Informação e as Ciências Ambientais, sendo concluída com um histórico das secas no Nordeste brasileiro do século 16 ao 21. O número de dezembro (47), por sua vez, trouxe uma edição especial que reúne artigos selecionados no I Seminário de Avaliação de Políticas de CT&I. As revistas

são encaminhadas gratuitamente ao mailing de assinantes e a atores do SNCTI.

Ainda em 2018, o CGEE publicou dois Resumos Executivos resultantes de atividades e estudos conduzidos pelo Centro: i) CubeSats; e ii) Uma análise dos resultados da Lei do Bem - Com base nos dados do FormP&D.

3.2.1 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação do CGEE

O CGEE publica em seu portal na internet informações relativas à gestão da instituição. Na aba “Institucional” são encontradas informações sobre a Missão, os Objetivos Institucionais, as Linhas de Ação, além dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e toda a equipe de dirigentes, técnicos e administrativos. Na aba “Acesso à informação”: documentos relativos a Contratos Firmados, independente da modalidade de seleção utilizada; além das costumeiras informações sobre o conteúdo do Contrato de Gestão e dos Termos Aditivos;

Relatórios institucionais, aí incluídos os relatórios de Gestão enviados ao TCU e os documentos da Auditoria Externa; Legislações e Documentos Normativos pertinentes ao CGEE; e informações sobre Passagens e Diárias utilizadas.

No portal do CGEE, também são publicados processos seletivos de pessoal e processos de aquisição de bens e serviços, conforme regulamentos específicos.

3.2.2 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Além dos canais de acesso a informações do CGEE relacionados anteriormente, incluindo os vários eventos abertos à participação pública, as medidas de acessibilidade adotadas por esta organização social, no tocante às suas instalações, foram implementadas desde a confecção do projeto de arquitetura até a execução das obras das atuais instalações do CGEE, em sua sede localizada no Edifício Parque Cidade Corporate. Após a conclusão das obras, não foi incluída nova medida relacionada à acessibilidade aos produtos,

serviços e instalações. No entanto, o CGEE tem envidado esforços para garantir que pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida não encontrem barreiras arquitetônicas em seu espaço, eliminando obstáculos e, assim, assegurando o acesso em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Ratifica-se que as instalações do CGEE são adaptadas à entrada e circulação de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou pessoas

com mobilidade reduzida, possuem corredores largos para acesso às salas e portas com dimensões que facilitam o acesso desse público. Com relação ao mobiliário, as mesas utilizadas no Centro e as sinalizações internas também foram projetadas para atender a essa demanda.

Dada a importância do disposto na seção 9.5 da NBR 9050/2004, o balcão da recepção do Centro foi desenhado de forma a atender a Portadores de Necessidades Especiais, sendo este rebaixado. Ainda com a finalidade de viabilizar a locomoção, o Centro possui cadeira de rodas para disponibilizar ao PNE.

Quanto à área coletiva, o edifício sede do CGEE, especificamente no 4º andar, possui dois banheiros - um masculino e outro feminino - destinados ao uso desse público. Ainda nessa área coletiva, em atendimento ao previsto na ABNT - NBR 13994/2000 - os elevadores de passageiros possuem aviso sonoro indicando o andar e a direção do movimento (se subindo ou descendo), além da identificação dos pavimentos em braile, com comunicação e sinalização adequada.

Seguindo as especificações técnicas de desenho traçado de acordo com as normas



Recepção do CGEE

Foto 3: Banco de imagens do CGEE.

vigentes, os acessos ao interior do prédio estão livres de obstáculos que impeçam e dificultem a acessibilidade de Portadores de Necessidades Especiais (PNE) ou pessoas com mobilidade reduzida. De forma a atender de maneira eficaz a esse público e aos idosos, vagas de garagem foram reservadas no estacionamento do edifício.



4. Gestão de riscos e controles internos

No ano de 2018, o trabalho referente à gestão de riscos teve continuidade e aprofundamento, por meio da formalização de um Plano de Gestão de Riscos Institucionais e Estratégicos (documento DD-400 da Gestão da Qualidade) aprovado pela diretoria do CGEE e em consonância com os objetivos estratégicos do Centro.

Neste plano, são abordadas cinco dimensões de análise prioritárias, sendo elas: Comunicação corporativa, Contexto político, Estratégia, Legislação e Sustentabilidade Financeira.

No trabalho de mapeamento dos riscos, foi adotada uma estrutura que permite a priorização das ações de mitigação em função da probabilidade de ocorrência e de impacto sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro, conforme exemplo a seguir:

- **Código** (identificador único do risco);
- **Dimensão de análise** (Comunicação, Contexto político, Estratégia, Legislação ou Sustentabilidade Financeira);
- **Identificação do risco ou oportunidade** (título);
- **Ordem de prioridade:** Define a prioridade de tratamento do risco ou oportunidade em relação aos demais, na mesma dimensão de análise;
- **Descrição da estratégia de mitigação do risco ou maximização da oportunidade** (Definição de plano de ação ou de necessidade de projeto específico para tratamento do risco/oportunidade);
- **Probabilidade de ocorrência** (alta, média, baixa);
- **Impacto** (alto, médio, baixo);
- **Prioridade de tratamento** (alta, média, baixa);

- **Responsável pelo monitoramento** (área/pessoa responsável);
- **Resultado da análise** (evitar, modificar, compartilhar ou reter).

O trabalho de monitoramento dos riscos vem sendo realizado de forma sistemática, considerando seus desdobramentos nos níveis tático (projetos) e operacionais (áreas meio), conduzida internamente pela Coordenação da Qualidade no processo de Gestão do Ciclo de Vida de Projetos e Serviço. Este processo foi certificado em 2018 com o selo ISO 9001 de gestão da qualidade e passa periodicamente por auditorias internas e auditorias externas independentes. O processo como um todo é analisado criticamente pela diretoria colegiada, em reuniões periódicas.

No Plano de Gestão de Riscos, foram identificados 17 riscos de nível institucional e estratégico. São apresentados a seguir, de forma resumida, os principais riscos identificados em cada uma das cinco dimensões de análise:

Dimensão: Comunicação corporativa

Risco: A missão do CGEE não ser compreendida pelos principais atores do SNCTI.

Prioridade: Alta; **Probabilidade de ocorrência:** Alta; **Impacto:** Alto.

Descrição da estratégia de mitigação do risco: Reavaliação da missão do CGEE e de seu planejamento estratégico para o horizonte mínimo de 5 anos; Alinhamento da estratégia com o a gestão dos riscos identificados.

Dimensão: Contexto político

Risco: Alterações significativas nas estratégias nacionais de CT&I.

Prioridade: Alta; **Probabilidade de ocorrência:** Alta; **Impacto:** Alto.

Descrição da estratégia de mitigação do risco: Monitoramento constante de políticas públicas de CT&I mais relevantes; Busca por melhor alinhamento com tais políticas.

Dimensão: Estratégia

Risco: Perda de capital humano altamente especializado, em função dos riscos de sustentabilidade financeira.

Prioridade: Média; **Probabilidade de ocorrência:** Baixa; **Prioridade de tratamento:** Média.

Descrição da estratégia de mitigação do risco: Valorização do capital humano, com treinamentos, inserção internacional e qualidade dos projetos.

Dimensão: Legislação (LE)

Risco: Alterações significativas que coloquem em risco a estabilidade do modelo de organizações sociais

Prioridade: Alta; **Probabilidade de ocorrência:** Média; **Impacto:** Alto.

Descrição da estratégia de mitigação do risco: Contratação de especialistas para avaliação e emissão de pareceres jurídicos; Trabalho próximo a formadores de opinião no legislativo; Elaboração de propostas de redação e alteração da lei; Identificação de fragilidades na legislação que possam impactar a Lei das Organizações Sociais.

Dimensão: Sustentabilidade Financeira (SF)

Oportunidade: Ampliação da carteira de projetos administrativos (contratos administrativos com entes públicos e privados), por meio da oferta de serviços de inteligência tecnológica.

Prioridade: Alta; **Probabilidade de ocorrência:** Alta; **Impacto:** Alto.

Descrição da estratégia de maximização da oportunidade: Executar estratégia definida em CC 001 - Inserção positiva do Centro nos ambientes de ciência, tecnologia e inovação, reforçando a imagem da instituição por meio da divulgação das ações realizadas; e ES 004 - Inserção positiva do Centro nos ambientes de ciência, tecnologia e inovação, reforçando a imagem da instituição por meio da divulgação das ações realizadas.



5. Resultados da gestão

Em sua atuação futura, o CGEE buscará: (1) o fortalecimento da cooperação internacional em temas de natureza estratégica, como energia, defesa, saúde, agricultura e biodiversidade, entre outras áreas que deverão estar bem contempladas em sua agenda programática; (2) fortalecer a sua capacidade na articulação de atores do SNCTI, incluindo as relações com formadores de opinião no Legislativo; (3) ampliar a geração de subsídios técnicos para a formulação e avaliação de políticas públicas; (4) conectar os resultados dos projetos e serviços conduzidos pelo Centro com a inteligência

estratégica em geopolítica; (5) apoiar, com olhar de Estado, o governo brasileiro na construção de visões de futuro em temas de natureza estratégica, com foco na inovação tecnológica; e (6) ampliar o acesso do CGEE e de seus parceiros a fontes de dados e informações, na construção e operação de processos de inteligência em CT&I.

Os projetos e serviços conduzidos pelo CGEE ao longo de 2018, organizados de acordo com as cinco Linhas de Ação anteriormente mencionadas, constam da Tabela 1.

Tabela 1 – Projetos e serviços conduzidos pelo CGEE ao longo de 2018

Projetos e Atividades	Situação em 31/12/2018
Linha de Ação 1: Estudos, Análises e Avaliações	
Subsídios técnicos para a estratégia digital brasileira	Concluído
Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	Concluído
Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	Andamento
Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	Concluído
Avaliação preliminar dos resultados da Lei do Bem	Andamento
Subsídios técnicos para o aprimoramento da Lei de Informática	Andamento
Diagnóstico da situação atual nas CHSSA brasileiras	Andamento
Atividade - Recursos Humanos para CT&I	Andamento
Atividade - Indicadores de Inovação	Andamento
Linha de Ação 2: Articulação	
Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	Andamento
Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	Concluído
Mapa da Educação Superior no Brasil	Andamento
Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil: 2018 - 2019	Andamento
Comunicação, agricultura e alimento: consolidação de plataforma eletrônica	Concluído
Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	Andamento

Projetos e Atividades	Situação em 31/12/2018
Linha de Ação 3: Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	
Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI	Concluído
Atividade - Notas Técnicas	Andamento
Atividade - Reuniões de Especialistas	Andamento
Linha de Ação 4: Disseminação da Informação em CT&I	
Atividade - Produção e disseminação de informação	Andamento
Linha de Ação 5: Desenvolvimento Institucional	
Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Andamento
Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	Andamento

As metas pactuadas com o órgão supervisor, MCTIC, para cumprimento até o final do ano de 2018, constam da Tabela 2 e foram plenamente alcançadas, de acordo com o monitoramento feito pelo CGEE, ainda que no aguardo de avaliação a ser conduzida, em 2019, por parte da Comissão de Acompanhamento e Avaliação constituída pelo MCTIC.

Tabela 2 – Metas pactuadas pelo CGEE com o seu órgão supervisor, MCTIC

Indicador	Descrição	Meta quantitativa	Valor alcançado	Cálculo do indicador	Nota
I (peso 3)	Razão entre o número total de produtos concluídos até 31 de dezembro e o número total de produtos pactuados. O denominador da razão mencionada será obtido pelo total de produtos pactuados menos o número de produtos cancelados ou descontinuados mais 1.	26	26	$26 / 26 = 1$	Plena (100%)
II (peso 2)	Razão entre o número de produtos de Projetos de Atividades não entregues no prazo inicial estipulado no Termo Aditivo em que foi pactuado e o número total de produtos pactuados em todas as Atividades	0	0	$0 / 12 = 0$	Plena (100%)
III (peso 1)	Razão entre o número de produtos divulgados e o número de produtos concluídos. São considerados “produtos divulgados” aqueles que tenham sido disponibilizados na homepage do CGEE ou publicados em meio impresso. Serão excluídos do cálculo do indicador (numerador e denominador) aqueles produtos cujos resultados sejam considerados sigilosos ou que a publicação inviabilize ações/políticas a serem implementadas pelo demandante.	26	26	$26 / 26 = 1$	Plena (100%)

Indicador	Descrição	Meta quantitativa	Valor alcançado	Cálculo do indicador	Nota
IV (peso 0,5)	Indicador obtido a partir de consulta junto a atores relevantes no espaço potencial de aplicação dos resultados de projetos concluídos pelo Centro no ano em avaliação, em conformidade com o subconjunto selecionado de produtos identificados no anexo Demonstrativo de Produtos, com prazo de entrega em 31/12. *				*
V (peso 0,5)	Serão contabilizados os acessos de duração superior a 1 minuto	≥ 55.000	16.719	16.719 / 55.000	Proporcional (30%)
VI (peso 1)	Será contabilizado o número de downloads	≥ 70.000	108.101	108.101 / 70.000	Plena (100%)
VII (peso 0,5)	Avaliar a capacidade de mobilizar atores da sociedade brasileira na realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos elos do processo de geração de conhecimento e de inovação.	≥ 200	623	623 / 200	Plena (100%)
VIII (peso 0)	Indicador obtido a partir de consulta junto a atores relevantes, quanto à aderência dos produtos, constantes do Anexo III do 15º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, aos objetivos estabelecidos nos Planos de Projetos Temáticos. Não serão considerados no cálculo os produtos de Projetos Temáticos que ainda se encontrarem em fase de análise pelos atores relevantes selecionados, por ocasião da avaliação de desempenho do Contrato de Gestão. **				**
IX (peso 1)	Medir o custo da hora técnica trabalhada no CGEE com relação ao pago no mercado em trabalhos similares	1,25 ≥ Indicador ≥ 0,75 do mercado	0.82		Plena (100%)
X (peso 0,5)	Comparar o valor das despesas de manutenção e operação em relação ao valor médio desses gastos no quinquênio anterior	≤ 5.216.914,63	4.470.971,72	5.216.914,63 / 4.470.971,72	Plena (100%)

* Os resultados obtidos a partir da consulta, junto a atores relevantes no espaço potencial de aplicação dos resultados obtidos pelo Centro no ano de 2018, referente aos produtos indicados no Anexo III do 15º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, serão disponibilizados por ocasião da reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, dado que não puderam ser obtidos até o final de 2018.

** O procedimento de aferição desse indicador, de peso zero (0,0), será decidido por ocasião da reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação.



6. Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Os recursos do CGEE, no âmbito do Contrato de Gestão ou de contratos administrativos firmados junto ao Centro, seguem orientações do Plano Diretor vigente aprovado pelo Conselho de Administração e que prevê as Diretrizes Estratégicas para a atuação institucional presente e futura. Tais diretrizes foram elencadas no item 3 do presente relatório, que trata de Planejamento estratégico e governança.

Tomando como base as referidas diretrizes, fazem parte das ações em curso gerenciar a agenda programática do Centro, de modo a buscar focos ainda mais claros na capacidade do CGEE em: (1) apoiar a gestão estratégica do SNCTI; e (2) ampliar e aperfeiçoar os processos de inteligência em CT&I, de forma a monitorar, permanentemente, o avanço do conhecimento científico nacional e internacional, o desenvolvimento tecnológico em áreas estratégicas e o crescimento da inovação (tecnológica em particular) no País.

Para isso, investimentos importantes estão sendo feitos na melhoria da infraestrutura de aquisição e armazenagem de dados e informações, assim como na ampliação do quadro técnico do Centro, de forma a aprimorar o tratamento, a análise e a interpretação de enormes volumes de dados disponíveis em centenas de fontes públicas e privadas, de acordo com demandas de atores relevantes do SNCTI (MCTIC e MEC em particular). Vale mencionar a atuação proativa do Centro em apontar oportunidades de investimentos em CT&I e levá-las sistematicamente aos altos níveis de tomada de decisão.

Gestão orçamentária financeira

Em 2018, a principal fonte de financiamento dos trabalhos do CGEE permaneceu sendo o Contrato de Gestão. Apesar de estar originalmente prevista a negociação de um novo ciclo desse contrato, isso não ocorreu em razão de entendimentos mantidos com os órgãos supervisor, MCTIC, e o interveniente, MEC. A partir desses entendimentos, optou-se pela assinatura de um 14º Termo Aditivo em 28 de junho de 2018, que prorrogou o prazo de término do atual instrumento para 31 de dezembro de 2019.

Em razão dessa prorrogação, e com vistas a dar continuidade aos trabalhos previstos para 2018, foram assinados dois outros termos aditivos para a execução dos valores constantes do orçamento da União destinados ao CGEE, incluindo emendas parlamentares, e que totalizaram R\$ 17.526.896,00 (dezessete milhões, quinhentos e vinte e seis mil oitocentos e noventa e seis reais). Deste valor, R\$ 15.526.896,00 (quinze milhões, quinhentos e vinte e seis mil oitocentos e noventa e seis reais) foram pactuados no 15º Termo Aditivo e os remanescentes R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), no 16º Termo Aditivo, firmados, respectivamente, nos dias 07 de novembro e 21 de dezembro de 2018.

Diferentemente do verificado em outros anos, os recursos previstos na programação de desembolso anual foram recebidos integralmente durante o exercício de 2018. No entanto, há que se registrar a significativa queda no montante dos recursos do Contrato

de Gestão verificada nos últimos três anos, com destaque para 2016 e 2018, conforme evidenciado no quadro a seguir, onde estão

registrados os valores recebidos durante o atual ciclo:

Tabela 3 – Histórico dos valores repassados pelo Contrato de Gestão – 2010/2018

Fonte	Anos									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total por fonte
MCTIC	3.500.000,00	8.200.000,00	6.927.150,00	5.391.850,00	5.391.850,00	0,00	8.000.000,00	18.813.326,00	11.926.896,00	68.151.072,00
FNDCT/FINEP	11.310.000,00	19.440.000,00	20.240.000,00	32.632.850,00	21.558.150,00	27.558.150,00	0,00	0,00	0,00	132.739.150,00
MEC	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	8.000.000,00	5.600.000,00	21.600.000,00
0,00	14.810.000,00	27.640.000,00	27.167.150,00	41.024.700,00	26.950.000,00	27.558.150,00	13.000.000,00	26.813.326,00	17.526.896,00	222.490.222,00

Além dos recursos repassados diretamente pelo MCTIC e o MEC, são recursos contabilizados, no âmbito do Contrato de Gestão, as receitas financeiras auferidas com aplicações no mercado financeiro, os descontos obtidos junto aos fornecedores e as variações ativas por meio de compras de serviços e/ou produtos realizadas no exterior (aquisições utilizando cartão de crédito corporativo como meio de pagamento).

Durante o ano de 2018, essas receitas representaram um total de R\$ 414.908,65 (quatrocentos e quatorze mil novecentos e oito reais e sessenta e cinco centavos). Esse resultado poderia ser expressivamente melhor se o repasse dos recursos do Contrato de Gestão não ocorresse tão tardiamente, como em 2018, quando foram realizados apenas nos

meses de novembro e dezembro. Se os referidos repasses fossem feitos de forma mais compatível com a execução dos trabalhos e ocorressem nos primeiros meses do ano, esse resultado poderia ser melhorado, compensando, ainda que em menor parte, a redução do orçamento do Centro ocorrida ao longo dos últimos anos ou, pelo menos, contribuindo com a melhoria do fluxo de caixa do Centro.

O saldo financeiro disponível nas contas correntes do CGEE em 31 de dezembro de 2018 correspondeu a R\$ 8.379.005,39 (oito milhões, trezentos e setenta e nove mil cinco reais e trinta e nove centavos). Os recursos recebidos no âmbito do Contrato de Gestão são aplicados pelo Centro no mercado financeiro, utilizando modalidades conservadoras de investimento, onde o fator segurança é priorizado.

Tabela 4 – Saldo da conta corrente do CGEE em 31/12/20018

Banco do Brasil S/A	Saldo
Conta Corrente 435.002-2	2.127.860,57
Aplicação financeira	6.251.144,82
Total	8.379.005,39

O saldo da conta corrente 435.002-2 ficou relativamente alto no final do ano de 2018 devido à liberação do crédito constante no 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão ter sido realizada em 31 de dezembro, dia em que não há expediente bancário, impossibilitando a sua aplicação imediata.

O Centro continua mantendo a estratégia de contenção de custos, com destaque para a utilização do capital intelectual próprio no desenvolvimento de seus projetos e serviços. Como resultado, os gastos com pessoal têm se mantido praticamente estáveis, embora significativamente maiores em relação aos demais gastos.

Tabela 5 – Dispendios realizados por Linha Contábil

Linha Contábil	2018			2017		
	Valor Parcial	Valor Total	%	Valor Parcial	Valor Total	%
Pessoal e Encargos – Quadro Efetivo	11.537.597,44	11.898.773,30	53,37	10.671.865,05	11.052.554,01	59,35
Pessoal e Encargos – Quadro Vinculado às ações	361.175,86			380.688,96		
Eventos, Diárias, hospedagens e Passagens		1.020.483,40	4,58		769.639,95	4,13
Consultoria Externa		2.499.214,81	11,21		1.920.478,80	10,31
Manutenção Administrativa		4.470.971,72	20,05		4.049.385,89	21,74
Outras Despesas Operacionais		2.369.735,75	10,63		822.819,85	4,42
Investimentos		37.205,76	0,17		8.023,25	0,04
TOTAL		22.296.384,74	100,00		18.622.901,75	100,00

No ano de 2018, foram tomadas medidas cautelares, por indicação dos advogados do Centro, no sentido de se efetuar o provisionamento de despesas relativas a dois processos que tramitam na esfera administrativa da Receita Federal do Brasil e que se referem a alegadas impropriedades no tratamento tributário de diárias e auxílio moradia e respectivas retenções de imposto de renda e contribuição para o INSS sobre os valores pagos. Esse procedimento contribuiu

significativamente para o aumento de 19,72% do montante de despesas, se comparado ao verificado no ano de 2017, dado que boa parte desse percentual refere-se aos gastos registrados em “outras despesas operacionais”.

O peso específico dessa decisão fica expresso quando é apresentado um comparativo entre previsão e os gastos efetivamente realizados por Linha de Ação.

Tabela 6 – Previsões de dispêndio e gastos realizados

Previsões de dispêndio X Gastos efetivamente realizados				
Linhas de Ação	Previsto	Realizado	Participação percentual	
			Previsto	Realizado
Estudos, Análises e Avaliações	1.430.000,00	112.899,10	7,48	0,52
Articulação	2.150.000,00	2.036.731,00	11,24	9,14
Apoio Técnico a Gestão Estratégica do SNCT&I	700.000,00	394.028,39	3,66	1,78
Disseminação da Informação em CT&I	150.000,00	180.690,48	0,78	0,82
Desenvolvimento Institucional (Gestão Operacional)	14.700.000,00	19.534.830,01	76,84	87,74
Total	19.130.000,00	22.296.384,74	100,00	100,00

O montante dessas provisões de contingência fiscal corresponde a R\$ 1.588.738,82 (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil setecentos e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos), que representam 7,12% (sete vírgula doze por cento) do gasto anual registrado na linha de desenvolvimento institucional.

O Centro mantém uma Reserva Técnica contratual, conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Gestão, instituída como

forma de assegurar as condições de operação do Centro, assim como o custeio de suas atividades básicas, os pagamentos de contratos ou direitos trabalhistas não previstos e para a realização de outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão. O histórico dessa reserva pode ser acompanhado por meio da tabela abaixo:

Tabela 7 – Tabela 7: Histórico da Reserva Técnica do CGEE de 2010 a 2018

Histórico Reserva Técnica								
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
5.916.479,32	5.916.479,52	7.457.102,40	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82	4.086.604,71

O 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão estabeleceu, em seu Anexo I, uma redução do valor da Reserva Técnica em R\$ 1.491.136,11 (um milhão quatrocentos e noventa e um mil cento e trinta e seis reais e onze centavos) para o ano de 2018.

O atual montante da Reserva Técnica está muito aquém do número adequado para garantir o mínimo necessário à manutenção do Centro por um período entre quatro a oito meses de funcionamento, conforme estabelecido originalmente no Contrato de

Gestão. A recuperação dos níveis adequados de reserva é meta a ser alcançada, no entanto, em razão da realidade orçamentária financeira do MCTIC e do MEC, é bem provável que essa recomposição leve ainda algum tempo para ser realizada.

Com relação ao atendimento dos limites para gastos com pessoal e encargos, utilizando recursos do Contrato de Gestão, o montante aplicado nesse custeio, durante o ano de 2018, representou um total de 67,8 % dos valores recebidos no ano (Tabela 8). Esse percentual, embora supere parcialmente o limite fixado em

60%, é resultado de uma alteração no perfil dos profissionais e da atuação do CGEE, na medida em que o Centro, nos últimos anos, vem executando seus trabalhos utilizando recursos humanos próprios, a despeito da contratação eventual de consultoria externa, reduzindo, desse modo, outros itens orçamentários.

Essa alteração de perfil deverá ser objeto de discussão e negociação por ocasião da assinatura do novo ciclo do Contrato de Gestão, de forma a adequar o percentual máximo do dispêndio com pessoal e encargos a esse novo modo de atuação do CGEE.

Tabela 8 – Valor do repasse financeiro e despesas com pessoal e encargos

2018		
Valor do repasse financeiro	Despesas com pessoal e encargos	%
17.526.896,00	11.898.773,30	67,8

Por fim, cabe registrar que, adotado o critério de custo médio anual durante todo o ciclo do Contrato de Gestão (2010 a 2018), esse

percentual fica reduzido a 55,9%, conforme demonstrado na Tabela 9 e, portanto, dentro dos limites contratualmente estabelecidos:

Tabela 9 – Demonstrativo dos percentuais de despesas com pessoal e encargos e dos repasses financeiros – Contrato de Gestão 2010/2018

% de despesas com pessoal e encargos X repasse financeiro Contrato de Gestão - 2010 a 2018										
Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Repasse financeiro	10.290.000,00	27.640.000,00	27.167.150,00	41.024.700,00	26.950.000,00	27.558.150,00	13.000.000,00	26.813.326,00	17.526.896,00	217.970.222,00
Ano	2º SEM/2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Pessoal e encargos	6.030.395,59	12.553.301,51	14.819.866,57	15.999.283,75	17.320.141,95	18.239.712,25	14.101.539,05	11.052.554,01	11.898.773,30	122.015.567,98
%	58,60	45,42	54,55	39,00	64,27	66,19	108,47	41,22	67,89	55,98

Gestão de Pessoas

Em razão de sua natureza jurídica – associação civil de direito privado, sem fins lucrativos – o CGEE utiliza-se da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para reger suas relações

de trabalho. Além desse dispositivo e em observância ao estabelecido na Lei 9.637, possui um Regulamento de Recursos Humanos, aprovado pelo seu Conselho de Administração, o qual pode ser acessado em www.cgee.org.br/documentos-normativos.

Seu efetivo de pessoal tem oscilado ao longo dos últimos anos, tendo registrado seu momento mais crítico em agosto de 2016, quando foi reduzido a 59 empregados, depois de ter chegado a um total de 101 profissionais. Durante esse período, foi feito esforço adicional para manter aqueles talentos imprescindíveis à continuidade e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. No ano de 2018, o Centro obteve uma pequena recuperação de seu corpo técnico, motivada, principalmente, pela execução de um contrato administrativo

firmado com a ONU Ambiental, para a execução do projeto de Cidades Sustentáveis.

A forma encontrada pelo Centro para enfrentar essa realidade foi à adoção da modalidade de contratação por prazo determinado, vinculada aos projetos em andamento. Por esse motivo, o perfil observado no ano de 2018 mostrou 43 empregados com vínculo permanente e 25 com contrato temporário, além de contar com quatro servidores cedidos pelo MCTIC, vinculados ao Contrato de Gestão.

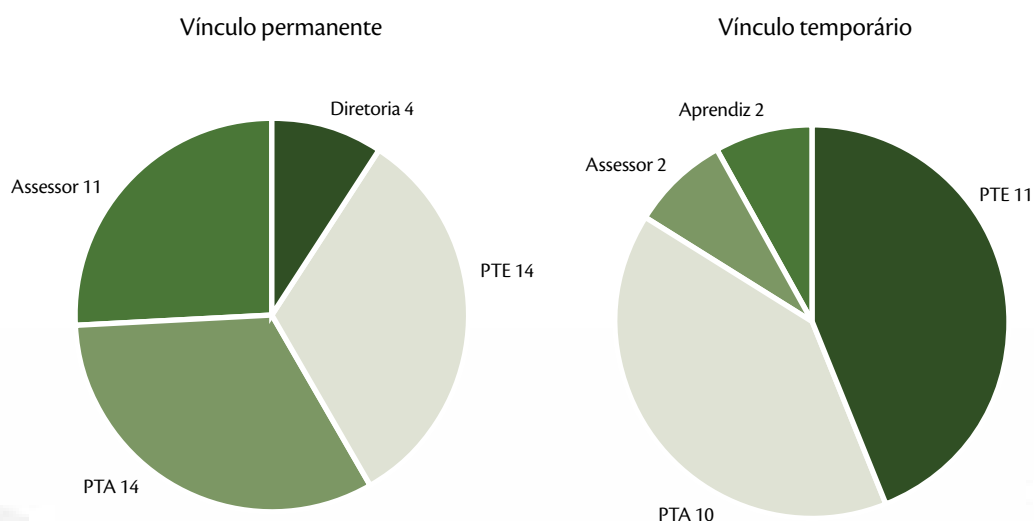


Figura 4 – Tipos de vínculos empregatícios

O Centro apresenta uma boa distribuição etária de seus empregados, concentrando 54% na faixa de 30 a 50 anos. Apesar de não representar uma grande ameaça à estabilidade

institucional, esses números exigem um monitoramento cuidadoso, principalmente em razão da flutuação verificada no quantitativo de pessoal ao longo dos últimos anos.

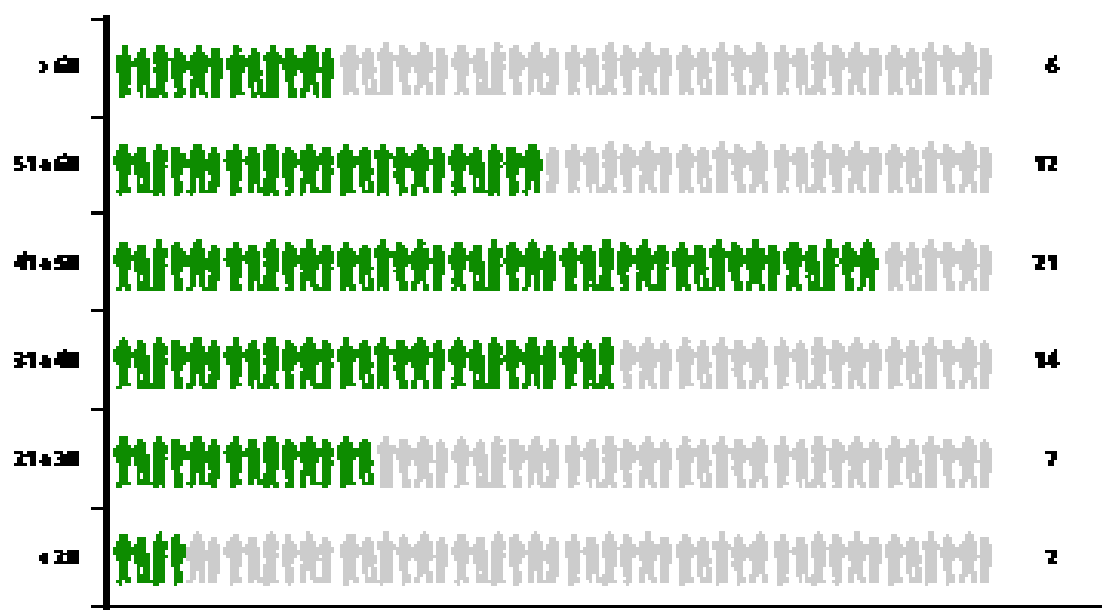


Figura 5 – Distribuição etária dos funcionários do CGEE

No contexto de uma preparação para o futuro, o Centro vem adotando política de valorização e aprendizado de jovens e, para tanto, desenvolve um programa de estágio para alunos universitários. Em 2018, além de viabilizar um contingente de 14 estagiários atuando nos diversos trabalhos realizados pelo Centro, foi dada oportunidade a alguns profissionais recém-formados, com estágio anterior realizado no Centro.

Por meio de sua política salarial, o Centro procura criar condições para atrair e manter

seu corpo técnico, a despeito das restrições financeiras pelas quais tem passado. Em 2018, as tabelas salariais foram atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), no mês de maio - sua data base - tendo sido feito um esforço adicional de recuperação de parte das perdas verificadas em 2016 (9,83%), o que implicou numa correção adicional de 2%. Atualmente, a distribuição por faixas de salários mínimos é a seguinte:

Tabela 10 – Pagamento de pessoal por faixas de salário

Pagamento de Pessoal Por faixa de Salário Mínimo	Tipo de Contrato	
	Gestão	Administrativo
Até 6	24	6
De 6 a 12	22	3
De 12 a 18	9	1
Acima de 18	7	0

Como pode ser observado no Gráfico 1, os custos de pessoal e encargos vêm sendo administrados com significativa redução nos últimos quatro anos, adequando-se à realidade econômica e financeira do Centro. Além disso,

o perfil de gastos vem se alterando com a crescente participação de recursos oriundos de contratos administrativos no custeio geral do pessoal do Centro.

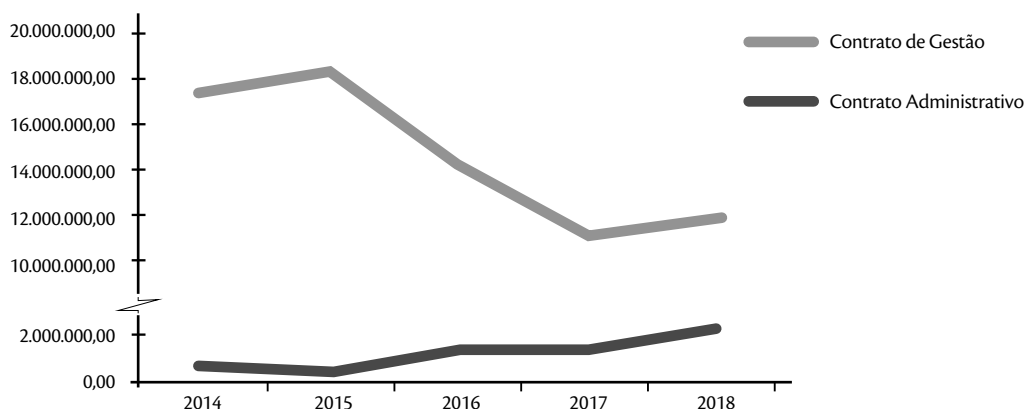


Gráfico 1 – Custos de pessoal e encargos

A austeridade na gestão de custos de pessoal vem sendo estendida à política de capacitação, onde, embora com significativa redução, as oportunidades de aperfeiçoamento profissional vêm sendo propiciadas aos empregados e implementadas com foco na otimização de resultados. Ao longo dos últimos cinco anos, o montante aplicado em capacitação sofreu

uma redução de 73,2%, passando de R\$ 306 mil, em 2014, para R\$ 82 mil, em 2018. Apesar dessa queda, a redução do número de horas de treinamento foi bem menor, ou seja, de 43,3%.

Em 2018, foram capacitados 31 empregados, perfazendo a carga horária de 889 horas de treinamento.

Tabela 11 – Custo e carga horária anual com capacitação

2014	Custo Anual Total de Carga Horária	306.027,97 1.570
2015	Custo Anual Total de Carga Horária	128.105,00 1.093
2016	Custo Anual Total de Carga Horária	52.744,20 832
2017	Custo Anual Total de Carga Horária	8.083,52 524
2018	Custo Anual Total de Carga Horária	82.014,98 889

Apesar de não possuir políticas explícitas de gênero, os números observados no Centro mostram um razoável equilíbrio, tanto no

quantitativo referente à equipe técnica quanto à equipe gerencial.



Figura 6 – Distribuição de pessoal por gênero

Constitui-se um verdadeiro desafio para a gestão de pessoas no CGEE a recuperação dos salários nominais e a retomada do programa de Avaliação de Desempenho, interrompido em 2016 como consequência das dificuldades pelas quais a instituição esteve submetida e das necessárias modificações no perfil de atuação do Centro. A ampliação do número de contratos administrativos e a decisão de expandir o escopo das atividades executadas diretamente exigiram um novo perfil profissional, que deverá ser consolidado nos anos que se seguem e estará refletido num novo processo de avaliação, a ser implantado no decorrer de 2019 e 2020.

Gestão de aquisição e contratos

O CGEE tem seus processos de aquisição de bens e serviços estabelecidos em regulamento próprio, aprovado por seu Conselho de Administração, conforme definido na Lei 9.637, de 15 de maio de 1998. O documento pode ser acessado no portal do CGEE na internet, no endereço <<https://www.cgee.org.br/documentos-normativos>>, no item Regulamento de Compras.

O Centro utiliza, sempre que cabível, a divulgação das ofertas e oportunidades em sua página na internet e em jornais de circulação

regional ou nacional, do mesmo modo que publica as etapas e o resultado de seus certames e das contratações realizadas no endereço <<https://www.cgee.org.br/contratos-firmados>>.

Consequência do modelo de operação adotado nos últimos anos – execução direta de maior parte dos trabalhos realizados -, o número de contratos firmados, utilizando recursos do Contrato de Gestão foi, no ano de 2018, reduzido a 66, o que representa uma redução de aproximadamente 60% em relação à média dos últimos 05 anos.

Buscando garantir a economicidade de suas contratações, mesmo no caso de contratos de serviços continuados com renovação automatizada, o Centro procede à realização de consultas para a verificação da coerência e compatibilidade dos preços pagos por bens e serviços adquiridos.

Os itens com maior peso nos dispêndios de 2018, excluídos os gastos com pessoal e encargos, foram os relativos a aluguel e ao fornecimento de passagens aéreas, os quais representaram, aproximadamente, 24,1% e 5,7%, respectivamente, dos montantes executados e resultaram de contratos firmados em exercícios anteriores.

O atual contrato de locação contempla uma área de 1.802,28 m², no 4º andar da torre C do Complexo Parque Cidade Corporate, de propriedade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). Foi firmado em 1º de novembro de 2012, a um custo de R\$110,00 (cento e dez reais) o m², sendo que a última renegociação se deu em 14 de fevereiro de 2017, objetivando à redução de custos. Nesta data, ocorreu uma renovação do contrato, por meio de um termo aditivo, por um novo prazo de cinco anos, com encerramento previsto para 31 de outubro de 2020, reduzindo-se o custo do m² para o valor de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais).

Visando a automatizar e agilizar as rotinas de aquisição de passagens, mantendo e, se possível, melhorando os atuais níveis de gasto, estão sendo testadas e avaliadas, para implantação em 2019, algumas ferramentas de automação de rotinas e de redução de material impresso.

Gestão patrimonial e infraestrutura

O Centro realiza a gestão do seu patrimônio, em atendimento às normas contábeis vigentes, à legislação fiscal aplicável a instituições da mesma natureza, bem como ao estabelecido na Resolução nº 01/2002, de 28 de junho de 2002 do Presidente do Centro, que trata do “Normativo de Administração Patrimonial do CGEE”. Dessa forma, são mantidos o controle e o acompanhamento dos bens recebidos da União, por ocasião da assinatura do primeiro Contrato de Gestão, e os adquiridos ao longo do tempo com recursos dessa origem.

Em 2018, não foram feitas novas aquisições, no entanto, novas incorporações na área de infraestrutura de tecnologia da informação estão previstas para o início de 2019, já em processo de aquisição.

Em observância aos normativos vigentes em 2018, ocorreram baixas de bens considerados obsoletos ou com indisponibilidade de funcionamento, caracterizados como inservíveis, no montante de R\$ 446.701,94.

Gestão da tecnologia da informação

O desenvolvimento das atividades de Tecnologia da Informação (TI) do Centro é referenciado no Regimento Interno da instituição, enquanto que as diretrizes e demandas relativas à TI derivam, em boa parte, do Contrato de Gestão com a União e de seus termos aditivos. No Regimento Interno, é apontada, ainda, a vinculação administrativa ao Gestor Administrativo (sessão III - Da Direção e da Administração, Art. 18, parágrafo único). Além disso, os normativos internos estabelecem o arcabouço normativo de atuação dos funcionários desta área e das ações inerentes de gestão e execução de tecnologia da informação.

O Contrato de Gestão fixa diretrizes gerais complementares da ação de TI, estabelecendo, por meio dos termos aditivos, as encomendas programáticas ao Centro, as quais implicam



nas demandas de atuação de tecnologia da informação e nos contornos de qualidade e segurança esperadas dessa atuação.

O modelo de governança de TI do Centro é composto de dois principais atores, a saber, o colegiado da Diretoria e a Coordenação de Tecnologia da Informação (TI) do Centro. A primeira instância é responsável pelas determinações estratégicas, enquanto que a Coordenação de TI é responsável por sua realização tática e operacional.

As principais decisões do modelo de governança colegiado, no ano de 2018, alinham-se com a agenda de trabalho estabelecida no Plano de Ação anual constante do Contrato de Gestão, conforme a prática realizada nos anos anteriores. Em 2018, as orientações estratégicas para a TI e os resultados alcançados concorreram para as determinações do Plano Diretor aprovado pelo Conselho Diretor, conforme elencado a seguir:

- Aproximar o Centro do perfil de uma instituição capaz de gerenciar módulos de desenvolvimento, produção - em distintas escalas de entregas - e vendas de serviços de inteligência em CT&I para atores do SNCTI, por meio da modelagem e automação de processos finalísticos, cujos resultados alcançados foram as modelagens dos processos de referência para estudos de avaliação de resultados e cenários prospectivos.
- Desenvolver e difundir o uso, no âmbito do SNCTI, de ferramentas de busca e de processamento automático de informações, a partir de bases de dados nacionais e internacionais que possam subsidiar a tomada de decisão, por meio do desenvolvimento da versão experimental do Datalake do CGEE e de ferramenta de visualização de informação georreferenciada – Mapa da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT);

- As mesmas iniciativas citadas concorrem, também, para as diretrizes pertinentes a Consolidar o Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação; e ampliar o acesso do CGEE e de seus parceiros a fontes de dados e informação, na construção e operação de processos de inteligência em CT&I.

Cabe registrar que a renovação do Contrato de Gestão, iniciada em 2017 e postergada para o segundo semestre de 2019, juntamente com o Plano Diretor aprovado pelo Conselho de Administração constituem os marcos fundamentais para a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI). Além desses dois direcionadores, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Encti) aprovada pelo MCTIC, ao final de 2016, influencia as demandas desse Ministério direcionadas ao Centro, que, por sua vez, implicam em determinação de metas para as ações de TI. Considerando esse momento de transição do Contrato de Gestão, bem como a reformulação do Plano Plurianual de Ação do Governo Federal, o CGEE decidiu adiar a conformação desse Plano Estratégico para 2020, quando os citados marcos se mostrarem mais consolidados.

O montante de recursos aplicados em TI em 2018 foi de R\$ 461.061,00, majoritariamente direcionados à manutenção dos contratos relativos à infraestrutura de software, hardware e condicionamento de energia elétrica.

Adicionalmente, foi realizado novo investimento, de R\$ 306.523,00, na contratação de novos recursos de TI, a ser efetivamente pago em 2019, conforme previsão de entrega dos itens contratados, constituindo-se numa nova infraestrutura de tecnologia da informação, orientada por uma arquitetura computacional em nuvem. A primeira etapa da evolução do Datacenter provê um acréscimo

de 30% na capacidade de processamento de dados, 100% na capacidade de memória RAM nos servidores e 50% na capacidade de armazenamento em disco.

Ainda que de pequena ordem de grandeza, foram realizados investimentos na adaptação do sistema de gestão administrativa e de recursos humanos do CGEE (sistema ERP Sênior) para adequação ao eSocial.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

- Inclusão da funcionalidade de coleta de dados, uma nova estratégia de consulta a fontes primárias, na ferramenta Insight Survey, por meio de formulários digitais. Por meio dessa estratégia, é possível fazer a validação e complementação de dados existentes.
- Continuidade na modelagem e implementação de funcionalidades digitais relativas ao projeto Global Environment Facility (GEF), para text mining e georreferenciamento. De forma correlata, em 2018, foi implementado o Mapa da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT) do MEC, ferramenta de visualização georreferenciada de informações de demanda de postos de trabalho e oferta de pessoas capacitadas (via Ensino Profissional e Técnico do MEC), bem como o confronto entre essas medidas. Esses resultados fortalecem a capacidade do Centro em gerar subsídios para o planejamento, a formulação e avaliação de políticas públicas.
- Implementação de melhorias no Sistema Integrado de Informações do CGEE, para aumentar o nível de automação do Ciclo de Vida dos Projetos, processo este que recebeu, em 2018, a certificação ISO 9001.
- Implementação da primeira versão de repositório digital do Centro, denominado Datalake CGEE, reunindo dados, disponibilizados de forma aberta ou via

acordos vigentes com esta instituição, provenientes de atores relevantes do SNCTI, tais como CNPq; Capes; Finep; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Siga Brasil / Senado; e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Economia. Esse repositório constitui uma coleção (dados secundários) de fatos, atores e ações, resultantes das políticas de CT&I brasileiras, que concorre diretamente para disponibilizar o acesso do CGEE e de seus parceiros a fontes de dados e informação, para a construção e operação de processos de inteligência em CT&I.

- Execução a manutenção corretiva e adaptativa, em caráter continuado, de sistemas e serviços sob a administração da Coordenação de TI: Portal Inovação; Extrator CVLattes (interno)/ Sistema Integrado de Informações do CGEE/ Portal Web do CGEE; e RH para CT&I.
- A Política de Segurança da Informação do CGEE (POSIC-CGEE) foi aprovada pelo Conselho de Administração em dezembro de 2018. A POSIC-CGEE confere o respaldo da alta administração no assunto Segurança da Informação e Comunicações, assim como nas diretrizes e orientações ao corpo funcional do Centro, no que tange ao acesso e uso de dados e informações. A POSIC aprovada constitui o pilar central para a definição das normas e dos procedimentos que ordenam as ações em busca de proteger e preservar os ativos de informação, assegurando-lhes disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade. A aprovação da POSIC-CGEE também atende aos dispositivos estabelecidos na Portaria n.º 208, do então MCTI, de 11 de março de 2016, que trata de segurança da informação no contexto do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), bem como atende a Constatações de Auditoria CGU - 2014 / 2015.

- Continuidade da automação do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, com preparação do Sistema Integrado para suprir funcionalidades associadas aos processos finalísticos de estudos de avaliação de resultados, cenários prospectivos e roadmaps, concorrendo diretamente para a diretriz voltada a integrar estruturas existentes nas áreas de TI, gestão de dados e boas práticas para obtenção de ganhos de eficiência na execução da agenda programática.
- Realização da segunda fase da expansão da infraestrutura de tecnologia da informação, ampliando a capacidade de processamento e armazenamento on premises, bem como exercitando a capacidade de nuvem privada e híbrida, no sentido de atender à demanda computacional associada da oferta de dados provida pelo Datalake do CGEE.
- O Centro enfrenta o desafio de internalizar os amplos movimentos de evolução tecnológicos, por força da necessidade de uma adaptação continuada. Neste período 2018-2019, as principais tendências tecnológicas e estratégicas adotadas têm sido extrair os benefícios de grande disponibilidade de dados em meios de acesso digitais e criar mecanismos digitais de visualização de informação, no que tange ao aspecto utilitário. Em relação à evolução tecnológica dos meios, o Centro tem envidado esforços para internalizar e utilizar, de forma integrada e produtiva, novas arquiteturas tecnológicas, tais como computação em nuvem, desenvolvimento para dispositivos móveis e arquitetura de micro serviços.

Gestão de custos

Dada a sua natureza jurídica de associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que mantém Contrato de Gestão com a União, o CGEE não integra o Sistema de Custos do

Governo Federal de que trata a Portaria nº 157, de 09 de março de 2011, nem está submetido ao estabelecido no artigo 50, parágrafo 3º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

A despeito desse fato, o Centro mantém sistema de controle e acompanhamento de custos, observando os princípios da contabilidade aplicável aos entes privados, com foco na busca de economicidade e da razoabilidade entre os custos operacionais e de gestão.

Seus balancetes trimestrais são submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, que tem suas atas e seus pareceres submetidos ao Conselho de Administração em suas reuniões trimestrais. Nessas reuniões, são apresentadas informações sobre a situação econômica e financeira do Centro, sendo destacados alguns pontos de controle - entre os quais, pode ser mencionado um acompanhamento sistemático do custo de passagens áreas -, comparando-os com os observados no âmbito do órgão supervisor (MCTIC).

Integram o conjunto de indicadores de avaliação do Contrato de Gestão dois indicadores que tratam da variável economicidade – “Custo Relativo do trabalho técnico especializado” e “Custo de manutenção e operação”. O segundo tem por foco aferir a evolução do custo de manutenção e operação do Centro e a sua manutenção em percentuais compatíveis com suas séries históricas. Desde que foram estabelecidos, nos dois casos, o Centro tem atendido plenamente às metas fixadas e alcançado a nota máxima prevista, conforme evidenciado em seus relatórios anuais, disponíveis na página do Centro na Internet em < www.cgee.org.br/informacoes-institucionais >.

Sustentabilidade ambiental

Durante o ano de 2018, o CGEE manteve práticas de utilização racional dos recursos despendidos em suas atividades.

Além de privilegiar as publicações de seus trabalhos em meio eletrônico, foi mantida integralmente a política de utilização exclusiva de papéis certificados em todos os seus impressos, procedimento já adotado nos anos anteriores e presente em todos os contratos firmados. Do mesmo modo, teve continuidade o programa de coleta seletiva e envio, à cooperativa de catadores, dos papéis e impressos, para reciclagem ou reuso como material de rascunho.

Teve início, ainda, o programa de substituição de materiais descartáveis, em especial, copos, pratos, talheres e mexedores, por materiais reutilizáveis ou recicláveis, estando programada para 2019 sua total eliminação.

Foram mantidas, igualmente, as campanhas de uso racional de energia elétrica, por meio da divulgação de avisos com alerta para que não permaneçam iluminadas instalações sem uso, mesmo que por pouco tempo.

Do mesmo modo, foi estimulada a realização de reuniões por meio de vídeo e áudio conferência, como forma de evitar deslocamentos e, por consequência, obter redução nos custos envolvidos e no número de viagens efetuadas.



7. Demonstrações contábeis

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), tem superado as restrições orçamentárias a qual foi submetido, em decorrência das políticas econômicas adotadas no país nos últimos anos, e desde então tem buscado a adequação e equilíbrio de suas finanças para continuar realizando as metas pactuadas por meio do Contrato de Gestão. Os números apresentados nas demonstrações contábeis dos últimos quatro anos refletem claramente esse processo de redução orçamentária com efeitos no resultado operacional do Centro, apresentando déficits que estão sendo suportados com saldo de superávit de exercícios anteriores.

Todo o processo de elaboração das demonstrações contábeis do CGEE está atrelado primordialmente a três fatores: 1) a natureza da instituição; 2) a sua qualificação como organização social 3) o processo de efetivação do recebimento dos recursos financeiros e sua aplicação no curso do exercício de acordo com a assinatura dos termos aditivos ao Contrato de Gestão. O atendimento as normas contábeis é fator essencial para a apresentação dos números que refletem a situação patrimonial do Centro e o critério para a realização dos registros está intrinsecamente relacionado às suas características e peculiaridades operacionais.

Os registros patrimoniais do CGEE foram realizados com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos

pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no Exercício de 2018 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98. Relativamente as restrições patrimoniais vinculadas a contratos, a diretoria do Centro adotou uma postura conservadora restringindo todo o seu patrimônio independentemente de sua origem. Essa medida foi adotada devido as características de sua constituição e qualificação como organização social, aplicando desde o início as regras previstas na Lei das OS'S. Em relação a observância da NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais), no que tange ao registro das operações relativas a subvenção com reconhecimento da receita na proporção dos gastos realizados sem afetar o resultado da instituição, o texto da norma pressupõe que o recurso é creditado antes da realização de qualquer gasto vinculado ao cumprimento de obrigações futuras. Nesse caso, porém, em decorrência da assinatura tardia dos termos aditivos ao Contrato de Gestão e consequentemente a demora no repasse dos recursos financeiros do ano, a adoção desse aspecto da norma, pelo Centro, se torna inviável, visto que o CGEE realiza suas atividades e honra os compromissos já assumidos utilizando o saldo de sua reserva técnica e o saldo de superávit de exercícios anteriores até a entrada dos novos recursos. Adicionalmente a esse fato, os recursos previstos nos termos aditivos nos últimos anos estão inferiores aos gastos realizados no exercício, de forma que o resultado da instituição é afetado diretamente e o recurso recebido no ano tem por finalidade

o suporte financeiro a gastos já incorridos. Paralelamente o CGEE mantém controles históricos dos saldos do contrato de gestão que respaldam toda a movimentação dos recursos e sua aplicação sendo devidamente demonstrado nos relatórios semestral e anual enviado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC).

Em conformidade com o seu modelo institucional o Centro obteve dos Auditores Independentes a seguinte manifestação em relação ao exercício de 2018:

“Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Entidade apresenta um histórico de sucessivos déficits operacionais e escassez de recursos por meio de novos projetos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. O Centro tem envidado esforços no sentido de procurar outras fontes de recursos que proporcionem a recuperação de sua reserva patrimonial e de sua situação financeira. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança

da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

“Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes

para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.”

**(VR GROUP AUDITORES & CONSULTORES
S/S - CNPJ nº 23.143.024/0001-03)**

7.1 Demonstrações contábeis

Tabela 12 – Balanço Patrimonial

Balanço patrimonial					
Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Circulante	17.361.392,90	16.346.971,97	Circulante	7.482.354,46	2.060.318,01
Caixa e equivalentes de caixa	17.012.498,07	14.695.975,18	Encargos Sociais a Recolher	326.088,16	228.239,22
Bancos/caixa - com Restrição	2.160.016,52	37.189,95	Encargos Tributários a Recolher	241.169,76	189.474,81
Aplicações Financeiras- com Restrição	14.852.481,55	14.658.785,23	Fornecedores	362.224,28	71.588,01
			Provisão para Férias e Encargos	1.187.429,08	897.926,51
			Provisão Contratos de Serviços	292.163,43	432.748,66
			Adiantamento de Terceiros	5.007.532,70	0,00
Outros valores a receber	348.894,83	1.650.996,79	Outras contas a pagar	65.747,05	240.340,80
Clientes	0,00	1.429.297,32			
Adiantamento a Fornecedores	205.560,64	70.460,43	Não circulante	1.828.117,06	0,00
Impostos a Recuperar	1.750,00	45,72	Provisão p/ contingências	1.828.117,06	0,00
Adiantamento de férias	107.016,07	126.001,49	Provisão para Riscos Fiscais	1.828.117,06	0,00
Outros Créditos	4.390,63	4.193,68			
Despesas do Exercício Seguinte	30.177,49	20.998,15			
Não circulante	968.751,99	624.026,24	Patrimônio social líquido	9.019.673,37	14.910.680,20
Imobilizado	496.716,62	606.600,63	Reservas	4.086.604,71	5.577.740,82
Bens Próprios com Restrição	3.531.597,67	3.890.654,45			
(-) Depreciações Acumuladas	(3.034.881,05)	(3.284.053,82)	Reserva Técnica - com Restrição	4.086.604,71	5.577.740,82
Intangível	472.035,37	17.425,61	Superávit acumulados	4.933.068,66	9.332.939,38
Sistemas Aplicativos- Software-com Restrição	1.900.750,95	1.430.651,77	Superávit/Déficit Acumulados-com restrição	10.824.075,49	10.395.269,21
(-) Amortizações Acumuladas	(1.428.715,58)	(1.413.226,16)	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição	(5.891.006,83)	(1.062.329,83)
Total do ativo	18.330.144,89	16.970.998,21	Total do passivo	18.330.144,89	16.970.998,21

A despeito do cronograma de desembolso, constando os recursos financeiros, previstos no Décimo Quinto e Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão ter sido efetivamente recebido ainda em 2018, observa-se que houve uma redução do patrimônio líquido do CGEE em 39,51% (trinta e nove virgula cinquenta

e um por cento) em virtude de aumento do déficit, demonstrando que as despesas no curso do exercício foram superiores as receitas, sendo absorvidas pelo resultado positivo (superávit) de exercícios anteriores.

O Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão estabeleceu em seu Anexo I uma

redução do valor da reserva técnica em R\$ 1.491.136,11 (Um milhão e quatrocentos e noventa e um mil, cento e trinta e seis reais e onze centavos) para o ano de 2018.

Essa redução ocorreu diante da necessidade de redistribuir o orçamento na execução das ações, no entanto, o montante é muito aquém

do número adequado para garantir o mínimo necessário para a manutenção do Centro no período de quatro a oito meses conforme originalmente definido. Em caso extremo o saldo atual da reserva suportaria apenas dois meses de operação do CGEE colocando-o em situação de risco.

Tabela 13 – Demonstração do superávit e déficit do exercício

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT		
	2018	2017
(+) Receita bruta	22.520.098,35	21.895.837,17
Com restrição		
Contrato de Gestão	17.526.896,00	15.218.016,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	10.000,00	661.032,34
Serviços Prestados a Terceiros	4.983.202,35	6.016.788,83
(=) Total receita com restrição	22.520.098,35	21.895.837,17
(-) Deduções da receita bruta	(3.027.910,12)	(970.505,19)
ISS sobre Faturamento	(102.910,12)	(261.202,63)
Cancelamento de Notas Fiscais	(2.925.000,00)	(709.302,56)
(=) Receita líquida	19.492.188,23	20.925.331,98
(-) Despesas operacionais - contrato de gestão	(21.989.199,92)	(18.382.440,78)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.959.527,31)	(1.830.724,68)
Despesas com Pessoal e Encargos	(11.898.773,30)	(11.052.554,01)
Serviços de Terceiros	(2.499.214,81)	(1.920.478,80)
Alugueis e Arrendamentos	(2.511.444,41)	(2.218.661,21)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais	(1.846.103,52)	(190.468,21)
Diárias	(410.506,15)	(302.652,52)
Passagens	(567.160,66)	(453.008,83)
Promoções e Eventos	(42.816,59)	(13.978,60)
Outras Despesas Operacionais	(43.567,17)	(27.114,97)
Depreciações e Amortizações	(210.086,00)	(372.798,95)
(-) Despesas operacionais - outros contratos	(3.837.619,99)	(4.107.331,98)
Despesas Gerais e Administrativas	(63.718,04)	(224.928,61)
Despesas com Pessoal e Encargos	(2.369.403,27)	(1.393.520,83)
Serviços de Terceiros	(436.106,28)	(1.585.332,49)
Alugueis e Arrendamentos	(90.652,91)	(200.463,72)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais	(52.748,58)	(4.678,92)
Diárias	(83.588,30)	(124.783,33)
Passagens	(105.775,79)	(542.699,39)
Promoções e Eventos	(14.421,00)	(25.251,69)
Outras Despesas Operacionais	(620.774,90)	(5.673,00)
Depreciações e Amortizações	(430,92)	-
(=) Resultado operacional bruto	(6.334.631,68)	(1.564.440,78)
(+/-) Resultado financeiro	443.624,85	502.110,95
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(269.979,06)	(232.437,72)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(73.090,95)	(70.780,48)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	414.908,65	568.522,93
Receitas Financeiras - Outros Contratos	371.786,21	236.806,22
Deficit/superávit do exercício	(5.891.006,83)	(1.062.329,83)

Observa-se que no ano de 2018 houve um aumento de 19,58% (dezenove vírgula cinquenta e oito por cento) do montante de despesas do contrato de gestão se comparado ao ano de 2017. Parte desse percentual refere-se aos gastos registrados em virtude das

provisões para contingências de ações fiscais. Em contrapartida as despesas dos contratos administrativos tiveram uma redução de 6,40% (seis vírgula quarenta por cento). No entanto, ambos os contratos apresentaram resultado operacional negativo em 2018.

Tabela 14 – Demonstração de fluxo de caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa - Método Indireto		
1 - Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018	2017
(-/+ Superávit/Déficit líquido do exercício	(5.891.006,83)	(1.062.329,83)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	210.516,92	372.798,95
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	2.501,67	-
(+) Provisão para contingências Fiscais	1.828.117,06	-
(+) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	619.875,00	-
Varição nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	809.422,32	11.309.617,94
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	(135.100,21)	200.531,48
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	7.904,85	51.957,96
Varição nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	149.543,89	20.812,55
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	290.636,27	(203.761,39)
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	289.502,57	(182.107,72)
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(140.585,23)	(621.419,07)
(+/-) Aumento/(Redução) em adiantamento de Terceiros	5.007.532,70	-
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar/Compensar	(174.593,75)	(105.297,86)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.874.267,23	9.780.803,01
2 - Fluxos de caixa das atividades de investimentos	2018	2017
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(470.099,18)	
(-) Compra do Ativo Intangível	(87.645,16)	(8.023,25)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(557.744,34)	(8.023,25)
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.316.522,89	9.772.779,76
3 - Variação do caixa e equivalentes de caixa	2.316.522,89	9.772.779,76
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.695.975,18	4.923.195,42
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	17.012.498,07	14.695.975,18

Observa-se que apesar do resultado operacional negativo (déficit) em 2018, o Centro mantém

saldo financeiro positivo para operar suas atividades.

Tabela 15 – Demonstração da mutação do patrimônio social

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit / Superávit do Exercício	Reservas Reserva Técnica	Total
Saldo em 31/12/2016	20.382.779,21	8.887.510,00	4.477.740,82	15.973.010,03
Incorporação do Déficit 2016	(8.887.510,00)	8.887.510,00		-
Transferência para Reserva Técnica	(1.100.000,00)		1.100.000,00	-
Déficit do Exercício		(1.062.329,83)		(1.062.329,83)
Saldo em 31/12/2017	10.395.269,21	1.062.329,83	5.577.740,82	14.910.680,20
Incorporação do Déficit 2017	(1.062.329,83)	(1.062.329,83)		-
Redução da Reserva Técnica	1.491.136,11		(1.491.136,11)	
Déficit do Exercício		(5.891.006,83)		(5.891.006,83)
Saldo em 31/12/2018	10.824.075,49	(5.891.006,83)	4.086.604,71	9.019.673,37

7.1.1 Notas explicativas

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), tendo como interveniente a Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 31 de dezembro de 2019. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação, foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

No que tange ao contrato de Gestão no ano de 2018 foram assinados dois termos aditivos o

15º e o 16º, constando as demandas dos órgãos fomentadores e a programação de desembolso dos recursos para este exercício sendo efetivamente recebidos no período, contudo, a exemplo de anos anteriores, a entrada desses recursos só ocorreram nos últimos meses do ano dificultando a operacionalização do Centro que se utilizou mais uma vez de reservas patrimoniais para cobertura dos custos gerados antes da efetiva entrada de recurso.

Ainda neste ano o CGEE firmou contrato com o PNUMA – Programa das Nações Unidas em um projeto de parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal, para a realização de pesquisas e estudos voltados a sustentabilidade com foco na preservação e conservação da água, e com perspectiva de realização de 4 anos. Esse contrato tem previsão orçamentária de R\$ 35.053.894,55, sendo que parte desse montante já foi recebido em 2018 o equivalente a R\$ 6.957.532,70 em forma de adiantamento para viabilizar os custos iniciais do projeto.

O Centro tem envidado esforços no sentido de procurar outras fontes de recursos que proporcionem a recuperação de sua reserva patrimonial e de sua situação financeira.

7.1.2 Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2018 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98, estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma organização social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou

vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros, qualificada como organização social desde o início de suas atividades, em que o instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão”, o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

7.1.3 Principais práticas e diretrizes contábeis

7.1.3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

7.1.3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável

7.1.3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento

do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

7.1.3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

7.1.3.5 Ativos intangíveis

Correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos deduzidos da amortização acumulada.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

7.1.3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

7.1.3.7 Apuração dos resultados

O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2018.

7.1.3.8 Receita operacional – Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão

do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis.

7.1.3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

7.2 Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos

financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

Tabela 16 –

	2018	2017
Bancos/Caixa – Recursos com restrição -Contrato Administrativo	32.155,95	37.189,95
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	2.127.860,57	0,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos de Gestão	6.251.144,82	11.212.540,12
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contratos Administrativos	8.601.336,73	3.446.245,11
Total	17.012.498,07	14.695.975,18

7.3 Adiantamento a fornecedores

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos

fornecedores no montante de R\$ 205.560,64 (R\$ 70.460,43 – 2017).

7.4 Imobilizado e intangível

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar

eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Tabela 17 –

Descrição	Taxas de Depreciação	2018	2017
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.631.385,87	1.932.041,37
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	57.063,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	652.851,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	307.882,91	356.433,19
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(3.034.881,05)	(3.284.053,82)
Subtotal do Imobilizado		496.716,62	606.600,63
Intangível			
Sistemas Aplicativos – Software	20%-100%	1.900.750,95	1.430.651,77
(-) Amortizações		(1.428.715,58)	(1.413.226,16)
Subtotal do Intangível		472.035,37	17.425,61
Total do Imobilizado e Intangível		968.751,99	624.026,24

7.5 Fornecedores

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Tabela 18 –

Fornecedores	2018	2017
ALELO – Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	109.793,22	0,00
Artear EIRELI LTDA	84.597,50	0,00
COREDE Campanha	50.000,00	0,00
Líferay Latin America LTDA	23.750,00	47.500,00
PAQTC-PB – Fundação Parque Tecnológico-PB	25.000,00	0,00
Plugar Informações Estratégicas	22.248,03	0,00
Outros Fornecedores	46.835,53	24.088,01
Totais	362.224,28	71.588,01

7.6 Provisão de férias e encargos sociais

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2018 uma

provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.187.429,08 (R\$ 897.926,51-2017).

7.7 Provisão contratos de bens e serviços

Para os contratos firmados no período de vigência até 2018, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base

em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2018 o valor correspondente a R\$ 292.163,43 a título de provisão (R\$ 432.748,66 – 2017).

7.8 Outras contas a pagar

Tabela 19 –

	2018	2017
Adiantamento de Terceiros	5.007.532,70	
Créditos a Compensar	65.747,05	65.658,41
Saldos bancários a compensar	0,00	174.682,39
Totais	5.073.279,75	240.340,80

- a) **Adiantamento de Terceiros** – Refere-se ao adiantamento realizado pelo PNUMA referenciado no Contrato para cobertura de custos iniciais de execução do projeto.
- b) **Créditos a compensar/ Desconto em folha** – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos

funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.

- c) **Saldos bancários a Compensar/Agendados** – Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

7.9 Provisão para contingências

No ano de 2018 foram apropriadas despesas relativas a dois processos que tramitam em esfera administrativa na Receita Federal do Brasil - RFB nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 e referem-se a

multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. Adicionados a esses processos foi realizada provisão a título de COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira. O montante provisionado em 2018 corresponde a R\$ 1.828.117,06.

7.10 Patrimônio social líquido

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e dos Contratos Administrativos no resultado da Instituição (patrimônio líquido) e não em conta passiva por tipo de contrato, por entender que o CGEE opera desde o início de suas atividades como associação qualificada como organização social (OS) subordinada a aplicação da Lei 9.637/98 e que numa possível desqualificação ou extinção da instituição todo o seu patrimônio será revertido aos órgãos fomentadores independentemente da forma de registro contábil, note-se que a apuração do resultado

operacional por meio da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE é registrado separadamente por tipo de Contrato. Sendo assim, entende-se que todo o patrimônio do Centro é passível da restrição legal e não apenas a “possível” restrição contratual. Dessa forma, o patrimônio poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação/extinção, este deverá ser revertido para os entes fomentadores ou instituição semelhante. O Déficit/Superávit acumulado de exercícios anteriores corresponde a R\$ 10.824.075,49 e o Déficit do período de 2018 equivale ao montante de R\$ 5.891.006,83 (R\$ 1.062.329,83 – Déficit 2017).

Com relação a Reserva Técnica, cláusula quinta do Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2018) celebrado entre a União e o CGEE, estabeleceu uma redução do seu valor em 2018 equivalente a R\$ 1.491.136,11 perfazendo um montante para o ano de R\$ 4.086.604,71 (R\$ 5.577.740,82 – 2017).

7.11 Receitas

a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2018 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 17.526.896,00 (R\$ 15.218.016,00 – 2017).

b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2018 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 4.983.202,35 (R\$ 6.016.788,83 – 2017). Demonstrados no quadro a seguir:

Tabela 20 – Quadro de receitas de contratos administrativos

Contratantes	2018	2017
ABDI – Agência Brasileira de Des. Ind.	108.202,35	350.548,06
AES Tiete S/A	0,00	374.070,33
BAESA – Energética Barra Grande S/A	0,00	277.500,64
CAPES	0,00	735.700,00
CESP – Companhia Energética São Paulo	0,00	2.931.939,19
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	0,00	515.119,53
COPEL – Distribuição S/A	0,00	50.517,32
COPEL – Geração e Transmissão S/A	0,00	39.023,56
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	257.236,38
ENERCAN – Campos Novos Energia LTDA	0,00	263.185,70
Growth Analysis	0,00	83.435,04
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	0,00	122.963,08
PNUMA	4.875.000,00	15.550,00
Totais	4.983.202,35	6.016.788,83

c) Cancelamento de Notas Fiscais – Das notas fiscais emitidas relativas aos contratos administrativos o montante de R\$ 2.925.000,00 (R\$ 709.302,562 – 2017)

foram canceladas por impropriedades no preenchimento no momento de sua emissão, conforme quadro abaixo:

Tabela 21 – Quadro de cancelamento de notas fiscais contratos administrativos

Contratantes	2018	2017
ABDI – Agência Brasileira de Des. Ind.	0,00	31.440,00
BAESA – Energética Barra Grande S/A	0,00	78.832,68
CESP – Companhia Energética São Paulo	0,00	416.450,45
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	0,00	118.061,69
ENERCAN – Campos Novos Energia S/A	0,00	64.517,74
PNUMA – Programa das Nações Unidas	2.925.000,00	0,00
Totais	2.925.000,00	709.302,56

d) Receitas Financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2018 uma receita financeira de R\$ (R\$ 805.329,15 – 2017), conforme discriminação a seguir:

Tabela 22 –

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Rendimentos de Aplicações Financeiras	318.319,12	371.786,21
Variáveis Monetárias Ativas	314,94	
Descontos Obtidos	96.274,59	
Totais	414.908,65	371.786,21
Total Geral	786.694,86	

7.12 Despesas

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 26.169.889,92 (R\$ 22.792.990,96 - 2017), sendo R\$ 22.259.178,98

(R\$ 18.614.878,50 – 2017) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 3.910.710,94 (R\$ 4.178.112,46 – 2017) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

7.13 Outras informações

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Compromissos e créditos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com

seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 8.682.313,55 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 28.096.361,85 que não configura no resultado do exercício em 2018, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.



8. Outras informações relevantes

Orientações, recomendações e deliberações dos órgãos de controle (TCU e CGU)

Durante o exercício de 2018, o CGEE não foi submetido à nenhuma inspeção in loco por parte dos Órgãos de Controle (Tribunal de Contas da União - TCU e Controladoria Geral da União - CGU).

Recomendações da CGU

O CGEE vem mantendo o atendimento das recomendações específicas da CGU, de forma contínua e atualizada, no tocante a inserção de informações no Sistema Monitor. Prática reconhecida positivamente por parte dessa Controladoria quando da elaboração do último Relatório de Auditoria Anual.

Tabela 23 – Deliberações do Tribunal de Contas da União

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	034.623/2017-5	937/2018	9.1.1	Ofício 0160/2018-TCU/Secex Desenvolvimento, de 16/05/2018	Notificação Monitoramento
			9.1.2		
			9.1.3		
			9.1.4		
			9.2		
			9.4.1		
			9.4.2		
			9.5.1		
			9.5.2		
			9.5.3		
			9.5.5		
			9.5.6		
			9.6.1		
			9.6.3		
			9.7		
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Por meio do referido Ofício o TCU notifica o CGEE do monitoramento ao atendimento das deliberações constantes do Acórdão 3304/2014-TCU-Plenário, referente ao itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.2, 9.4.1, 9.4.2, 9.5.1, 9.5.2, 9.5.3, 9.5.5, 9.5.6, 9.6.1, 9.6.3, 9.7.					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Ciente da notificação de monitoramento, sem providências a tomar, tendo em vista que não houve novas determinações, recomendações ou orientações.					
Situação atual do processo:					
Processo no site do TCU (consulta em 21.01.2019).					

Tabela 24 – Deliberações do Tribunal de Contas da União

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	032.872/2017-8	11213/2018		Ofício 0417/2018-TCU/Secex Desenvolvimento, de 21/12/18	Notificação
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Trata-se da decisão do TCU relativa a prestação de contas do CGEE do exercício de 2016. Em 23 de janeiro de 2019 o CGEE recebeu o referido Ofício, por meio do qual o TCU notifica o Centro do inteiro teor do Acórdão 11213/2018-TCU-2ª Câmara, que foi objeto de apreciação do processo TC 032.872/2017-8, em Sessão Ordinária realizada em 13/11/2018, cuja decisão os Ministros daquela Corte de Contas, acordaram, por unanimidade, em julgar regulares e dar quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
Ciente da notificação de monitoramento, sem providências a tomar, dando em vista o arquivamento do processo sem novas determinações, recomendações ou orientações.					
Situação atual do processo:					
Processo encerrado conforme status no site do TCU (consulta em 24.01.2019).					



9. Anexos

Anexo I – Plano de ação 2018

Anexo I do Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

CGEE / MCTIC / MEC
Período 2010 / 2019
Plano de Ação - 2018
Orçamentos Estimativos e Prazos

Vinculação e Aderência		Linhas de Ação	Projetos / Atividades	Estimativa de Recursos a Serem Aplicados em 2018 - Atividades e Projetos Continuados	Demandante	Recursos Para Novos Projetos e/ou Atividades	Previsão de Conclusão
Objetivos Estratégicos do CG	Desafios Nacionais para a CT&I (ENCTI - 2016/2022)						
I	D1	Estudos, Análises e Avaliações	Subsídios técnicos para a estratégia digital brasileira	10.000,00	SEPIN/MCTIC		30/06/18
I	D1		Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	10.000,00	SETEC/MCTIC		30/06/18
II	D4		Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	200.000,00	SESU/MEC		30/06/19
I e III	D2		Avaliação do Impacto fiscal da Lei do Bem	10.000,00	SETEC/MCTIC		30/06/18
I e III	D2		Avaliação preliminar dos resultados da Lei do Bem		SETEC/MCTIC	150.000,00	30/06/19
I	E3		Subsídios técnicos para o aprimoramento da Lei de Informática		MIDIC e SEPOD/MCTIC	300.000,00	30/06/19
I	E3		Diagnóstico da situação atual nas CHSSA brasileiras		SEPED/MCTIC	450.000,00	30/06/19
II	D2		Atividade - Recursos Humanos para CT&I	150.000,00	CGEE		31/12/18
I	D2		Atividade - Indicadores de Inovação	150.000,00	CGEE		31/12/18
II	D3	Articulação	Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	800.000,00	MEC		31/12/18
II	D3		Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	250.000,00	MEC		31/12/18
II	D4		Mapa da Educação Superior no Brasil	250.000,00	SESU/MEC		30/06/19
I	D4 e D5		Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil: 2018 - 2019		SBPC/SEPED/MCTIC	400.000,00	30/06/19
I e III	D5		Comunicação, agricultura e alimento: consolidação de plataforma eletrônica		CA / CGEE	300.000,00	31/12/18
I e III	D1	Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	150.000,00	CGEE		31/12/18
I e III	D5		Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI	100.000,00	CNPq		31/12/18
I e III	D1, D2, D3, D4 e D5		Atividade - Notas técnicas	150.000,00	CGEE		31/12/18
III	D1, D2, D3, D4 e D5		Atividade - Reuniões de especialistas	450.000,00	CGEE		31/12/18
III	D1, D2, D3, D4 e D5	Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	150.000,00	CGEE		31/12/18

Vinculação e Aderência		Linhas de Ação	Projetos / Atividades	Estimativa de Recursos a Serem Aplicados em 2018 - Atividades e Projetos Continuados	Demandante	Recursos Para Novos Projetos e/ou Atividades	Previsão de Conclusão
Objetivos Estratégicos do CG	Desafios Nacionais para a CT&I (ENCTI - 2016/2022)						
III	D1	Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	200.000,00	CGEE		31/12/18
III	D2		Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	250.000,00	CGEE		31/12/18
			3.280.000,00		1.600.000,00		
			Pessoal e Encargos		9.500.000,00		
			Manutenção e operação		2.450.000,00		
			Capacitação de pessoal				
			Investimentos (atualização de equipamentos)		300.000,00		
					17.130.000,00		
			Atividades / Projetos Continuados		3.280.000,00		
			Projetos Novos + Gestão Operacional		13.850.000,00		
			Valor da Reserva Técnica - 2018		4.086.604,71		
			Valor do Global do Plano de Ação 2018		21.216.604,71		
			Recursos a serem aportados nos Projetos e Atividades a serem desenvolvidos em 2018			15.500.000,00	
Descrição, por aplicação, dos recursos a serem aportados em 2018			Recursos a serem acrescidos a Reserva Técnica fixada para 2018			26.896,00	
			Valor total dos recursos a serem aportado em 2018 no âmbito do 15º Termo Aditivo ao CG			15.526.896,00	

Objetivos Estratégicos do Contrato de Gestão

- I. Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
- II. Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação;
- III. Apoiar e promover a realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira;
- IV. Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo Órgão Supervisor

Eixos de Atuação do CGEE

- E1 - Inovação e Competitividade
- E2 - Sustentabilidade e Qualidade de Vida - Desafios Contemporâneos Nacionais e Globais
- E3 - Gestão Inovadora e Estratégica do SNCTI
- E4 - Novas Fronteiras do Conhecimento
- E5 - Desenvolvimento Institucional

Anexo I – A do Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

CGEE / MCTIC / MEC
PERÍODO 2010 / 2019

Plano de Ação

Conforme descrito na correspondência de envio do Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão – carta CT.CGEE 067-2018, de 22.08.2018 - foi evidenciada a necessidade de alocação de recursos complementares para o custeio de pessoal e encargos e de manutenção e operação do Centro conforme transcrição que ora fazemos:

“Em seus aspectos orçamentários / financeiros, a presente proposta tomou por base os valores informados a este CGEE pela DPO/SEXEC, tanto para o MCTIC quanto para o MEC. A despeito de reconhecer de forma enfática os avanços obtidos em relação aos números apresentados no início do ano, face as atuais restrições orçamentárias impostas aos MCTIC e MEC, não podemos deixar de registrar as dificuldades que essas limitações nos impõem, obrigando que somente que possamos programar, aproximadamente, 85% (oitenta e cinco por cento) das despesas estimadas para as rubricas de Pessoal e Encargos e de Manutenção e Operação.

Desse modo deixamos consignado o quanto será fundamental para a integridade deste CGEE ampliação desses limites com a assinatura, ainda em 2018, de um 16º Termo Aditivo, cuja negociação vem sendo conduzida com o Senhor Secretario Executivo desse MCTIC.”

Desse modo a proposta ora enviada, para assinatura de um 16º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão objetiva tão somente complementar os valores originalmente estimados para o ano de 2018, e visa custear as despesas com salários e encargos e com a manutenção do Centro, no item aluguel, conforme apresentado no Demonstrativo de Orçamento Estimativo – Gestão Operacional.

Anexo I – B do Décimo Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

CGEE / MCTIC / MEC
Período 2010 / 2019
Plano de Ação - 2018
Orçamentos Estimativos e Prazos

Gestão Operacional	Pessoal e Encargos	1.500.000,00
	Manutenção e operação	500.000,00
	Capacitação de pessoal	0,00
	Investimentos (atualização de equipamentos)	0,00
		2.000.000,00
	Atividades / Projetos Continuados	0,00
	Projetos Novos + Gestão Operacional	2.000.000,00
	Valor da Reserva Técnica - 2018	0,00
	Valor do Global do Plano de Ação - 16º Aditivo	2.000.000,00
Descrição, por aplicação, dos recursos a serem aportados no 16º Termo Aditivo	Recursos a serem aportados nos Projetos e Atividades a serem desenvolvidos em 2018	2.000.000,00
	Recursos a serem acrescidos a Reserva Técnica fixada para 2018	0,00
	Valor total dos recursos a serem aportado em 2018 no âmbito do 16º Termo Aditivo ao CG	2.000.000,00

Objetivos Estratégicos do Contrato de Gestão

- I. Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
- II. Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação;
- III. Apoiar e promover a realização de eventos e de foros de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira;
- IV. Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo Órgão Supervisor

Eixos de Atuação do CGEE

- E1 - Inovação e Competitividade
- E2 - Sustentabilidade e Qualidade de Vida - Desafios Contemporâneos Nacionais e Globais
- E3 - Gestão Inovadora e Estratégica do SNCTI
- E4 - Novas Fronteiras do Conhecimento
- E5 - Desenvolvimento Institucional

Anexo II – Demonstrativo de produtos com prazo de entrega em 31/12/2018

Anexo III do Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão

CGEE / MCTIC / MEC

Período 2010 / 2019

Linhas de Ação		Projetos	Produtos a serem entregues 31/12/2-18
Estudos, Análises e Avaliações	Projetos Temáticos	Subsídios técnicos para a Estratégia Digital Brasileira - EDG	Relatório final da consulta sobre a Estratégia Digital Brasileira
		Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	Panorama final sobre oportunidades e tendências para o País em manufatura avançada
		Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	Panorama do Programa de Educação Tutorial (PET)
		Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	Relatório final da metodologia para a avaliação de impacto fiscal da Lei do Bem
		Avaliação preliminar dos resultados da Lei do Bem	Relatório contendo uma apreciação preliminar dos resultados da Lei do Bem nas empresas incentivadas.
		Subsídios técnicos para o aprimoramento da Lei de Informática	Plano de trabalho detalhado para as atividades de aprimoramento da Lei de Informática
		Diagnóstico da situação atual nas CHSSA brasileiras	Panorama preliminar das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas
	Atividade: Recursos Humanos para CT&I	Serviços de informação de RH para CT&I	Base de dados de suporte à Atividade de RH para CTI atualizada Site RHCTI atualizado com Menu de Serviços
	Atividade: Indicadores de Inovação	Indicadores de Inovação nas empresas brasileiras	Desenvolvimento e implantação do novo design gráfico da Interface da Plataforma Primar
Articulação	Projetos Temáticos	Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	Relatório dos recortes regionais e das características da socioeconomia e da base científica e tecnológica das regiões Relatório das agendas de desenvolvimento regional – experiências piloto
		Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	Documento final contendo o mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil
		Mapa da Educação Superior no Brasil	Relatório parcial de análise da relação da dinâmica econômica e ocupações de nível superior
		Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil: 2018 - 2019	Questionário estruturado para a realização da enquete nacional sobre a percepção pública da C&T no Brasil
		Comunicação agricultura e alimento: consolidação de plataforma eletrônica	Nova versão na web da Plataforma
	Atividade: Inserção do CGEE em agendas internacionais	Agenda positiva: mudança do clima e desenvolvimento sustentável	Relatório Prospecção Etanol de Segunda Geração - E2G 2030
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Projeto Temático	Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CT&I	Cenário normativo sobre a atuação futura do CNPq em sete dimensões selecionadas
Disseminação da Informação em CT&I	Atividade: Produção e disseminação de informação		Números 46/47 da revista Parcerias Estratégicas
		Serviço de produção e disseminação de informações para o SNCTI	Dois resumos executivos de estudo conduzido pelo CGEE disponível em formato digital e impresso
		Comunicação como ferramenta de gestão do desempenho institucional	Metodologia para a entrega dos produtos de Projetos e Serviços

Linhas de Ação		Projetos	Produtos a serem entregues 31/12/2-18
Desenvolvimento Institucional	Atividade: Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	Documento da série "Documentos Estratégicos para o Setor Espacial"
		Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação - OCTI	Estrutura preliminar do produto anual do OCTI
	Atividade: Desenvolvimento de Competências Metodológicas	Exploração de dados e visualização de informação	Relatório de evolução de desenvolvimento de ferramentas de monitoramento, análise e visualização de dados do CGEE
		Modelagem e Automação de Processos Finalísticos	Documento contendo a modelagem de processo para avaliação de resultados
		Boas práticas de gestão de projetos: modelagem e automação	Relatório de Auditoria da certificação ISO 9001 do Ciclo de Vida de projetos e serviços

Anexo III – Quadro resumo de projetos e atividades em 2018

Linhas de Ação	Projetos e Atividades	Posição em 31/12/2018
Estudos, Análises e Avaliações	Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	Concluído
	Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	Concluído
	Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	Concluído
	Avaliação preliminar dos resultados da Lei do Bem	Andamento
	Subsídios técnicos para o aprimoramento da Lei de Informática	Andamento
	Diagnóstico da situação atual nas CHSSA brasileiras	Andamento
	Atividade - Recursos Humanos para CT&I	Andamento
	Atividade - Indicadores de Inovação	Andamento
Articulação	Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	Andamento
	Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	Concluído
	Mapa da Educação Superior no Brasil	Andamento
	Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil: 2018 - 2019	Andamento
	Comunicação, agricultura e alimento: consolidação de plataforma eletrônica	Concluído
	Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	Andamento
Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I	Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI	Concluído
	Atividade - Notas Técnicas	Andamento
	Atividade - Reuniões de Especialistas	Andamento
Disseminação da Informação em CT&I	Atividade - Produção e disseminação de informação	Andamento
Desenvolvimento Institucional	Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Andamento
	Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	Andamento

Anexo IV – Detalhamento das capacitações/ treinamentos – janeiro a dezembro de 2018

Relatório de Participação de Empregados em Eventos e Treinamentos de janeiro a dezembro de 2018							
Empregado	Classificação	Capacitação	Custo	Custo Passagem /Diária	Local	Data do evento	Carga Horaria
Diego Ivan Pereira dos Santos/ Marcela Lima de Meira/ Willamy André Carvalho Lopes/Leandro Magalhães da Silva (início em 17/09/2018)	Treinamento	Treinamento de Aprendiz - CIEE	3.155,25		Brasília/DF	Jan a dez/2018	384
Maria Helenice Alves da Silva e Guilherme Rodrigues Araruna	Treinamento	Curso/Treinamento eSocial: Legislação e Aplicação	3.515,00	8.349,16	São Paulo/SP	19 a 23 de Março/2018	40
Sandra Mara da Silva Milagres	Treinamento	Curso SISCOSEV, PIS/COFINS e ISS Importação de Serviços	774,25	2.299,21	São Paulo/SP	11 de Abril/2018	8
Marco Antonio Andrade Dias	Participação em Eventos	Evento Cyber Defence & Conferência de Simulação e Tecnologia Militar 2018	1.300,00		Brasília/DF	24 a 26 de Abril/2018	24
Douglas Vieira da Silva	Treinamento	Curso de Introdução ao Linux na ERNP - Brasília			Brasília/DF	21 a 25 de Maio/2018	40
Ceres Zenaide Barbosa Cavalcanti	Participação em Eventos	15º ENASE (Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico)	3.392,00	2.574,65	Rio de Janeiro/ RJ	23 e 24 de Maio/2018	16
Guilherme Rodrigues Araruna	Treinamento	Escola Superior de Redes RNP			Brasília/DF	16 a 20 julho	40
Ceres Zenaide Barbosa Cavalcanti	Participação em Eventos	9ª edição do Brazil WindPower 2018		2.205,32	Rio de Janeiro/ RJ	07 a 09/08/2018	24
André Luis Ramos,Bianco Torreão, Dayre Isidoro, Diego Ivan,Eduardo José,Elaine Mara, Flávia Montandon, Genilda Carlos, Kátia Regina, Luiza Pinheiro, Rivanda Tavares, Robert Santana, Sandra Milagres, Stênio Neves, Tatiana Farias,	Treinamento	Treinamento em Gestão da Qualidade - Norma ISO 9001-2015 e análise de riscos.			Brasília/DF	31/07/2018 a 03/08/2018	16
André Luis Ramos, Dayre Isidoro, Diego Ivan,Eduardo José, Flávia Montandon, Genilda Carlos, Guilherme Araruna, Kátia Regina, Rivanda Tavares, Robert Santana, Sandra Milagres, Tatiana Farias, Thiago Rodrigues,	Treinamento	Treinamento SGQ norma ISO 19011 - Formação de Auditores			Brasília/DF	14 a 17/08/2018	16
Íris Mary Duarte Cardoso Vieira	Treinamento	Curso / Treinamento Novas Regras: DCTFWEBxREINFWEB	733,00	2.940,07	São Paulo/SP	28/08/2018	8
Maria Helenice Alves da Silva e Guilherme Rodrigues Araruna	Treinamento	Curso/Treinamento eSocial: Segurança e Medicina do Trabalho	3.192,00	3.004,12	Blumenau/SC	25 a 28/09/2018	32

Relatório de Participação de Empregados em Eventos e Treinamentos de janeiro a dezembro de 2018

Empregado	Classificação	Capacitação	Custo	Custo Passagem /Diária	Local	Data do evento	Carga Horária
Antonio Geraldo de Paula, Ceres Zenaide Barbosa, Fabiola Brandão Maia e Neila Cruvinel Palhares	Treinamento	Gestão de Projetos: Scrum Master, PMP e CAPM DO PMI	3.960,00		Brasília/DF	22/09 a 06/10/2018	24
André Luis Ramos	Participação em Eventos	Palestra no CIEE - Sobre E-social			Brasília/DF	09/10/2018	3
Maria Helenice Alves da Silva, Sandra Mara da Silva e Guilherme Rodrigues Araruna	Treinamento	Curso/Treinamento eSocial: Novas Regras DCTFWeb x DARFWEB x REINFWEB	2.199,00	4.506,18	São Paulo/SP	10/10/2018	8
Alexandra Joyce Kruger da Silva	Treinamento	Treinamento no curso IMERSÃO EM CONTRATOS	480,00	3.582,26	Rio de Janeiro/RJ	25 e 26/10/2018	8
Íris Mary Duarte Cardoso Vieira	Treinamento	Participação no curso para aprimoramento na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.	180,00		Brasília/DF	22/10 a 26/10/2018	20
Íris Mary Duarte Cardoso Vieira	Participação em Eventos	Participação no I Simpósio Paranaense sobre a Tributação das Instituições de C&Ti		2.083,66	Curitiba-PR	26/11/2018	8
Íris Mary Duarte Cardoso Vieira	Treinamento	Participação no curso para aprimoramento na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.	180,00		Brasília/DF	03/12 a 07/12/2018	20
Mayra Juruá Gomes de Oliveira	Treinamento	Participação no curso de formação de Políticas Públicas da concepção e avaliação na França.		15.547,35	França-Paris	03/12 a 14/12/2018	80
Alberto Akira e Rogério da Silva Castro	Participação em Eventos	Evento TDC – THE DEVELOPERS CONFERENCE	2.120,00	7.627,94	Porto Alegre-RS	05 a 08/12/2018	40
Marco Antonio Andrade Dias	Participação em Eventos	Participação no 13º encontro de CSIRTs da rede de ensino e pesquisa do Brasil		2.114,56	Rio de Janeiro/RJ	05 e 06/12/2018	14
			25.180,50	56.834,48			
Total Carga Horária (Anual)							873
Total de Empregados Capacitados no semestre							31
Total Anual do Custo							82.014,98

Dentre os treinamentos realizados no ano de 2018, podemos destacar algumas capacitações como: cursos e treinamentos que contemplam a implantação do eSocial junto a empresa Senior sistemas (software house), tal treinamento teve a participação de dois empregados. Foi realizado treinamentos para capacitação de novos empregados em Gestão da Qualidade Norma ISO9001:2015 e o curso de Análise de Riscos e treinamento para os demais empregados contemplando uma nova versão, 2015, da Norma ISO9001, em ambos tiveram a participação de 17 empregados. Tivemos também treinamentos ofertados pela RNP como: O Evento Cyber Defence & conferência de Simulação e Tecnologia Militar 2018. Destacamos também treinamentos na área financeira/contábil, no curso de aprimoramento na elaboração e demonstrações dos fluxos de caixa, ministrados pelo Conselho Regional de Contabilidade/Brasília e ainda ocorreu um evento "1º Simpósio de Tributação das Instituições de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação", em ambos treinamento/evento, houve a participação de uma empregada do Centro. Concluímos que a convite do governo da França tivemos a participação de uma empregada da área técnica, no curso de Formação de Políticas Públicas da concepção e avaliação, o qual foi ministrado na Escola Nacional de Administração da França - Paris.

Anexo V – Declaração de integridade



Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Onde o futuro está presente

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

O presente Relatório Gestão foi elaborado a partir da compilação das informações constantes do "Relatório Final do Contrato de Gestão 2018" enviado ao órgão supervisor (MCTIC), no qual o CGEE apresenta suas contas. Foram consideradas também informações de natureza geral da Instituição, não abrangidas pelo Contrato de Gestão e constantes do "Relatório Anual 2018", aprovado pelo Conselho de Administração, publicadas de forma resumida no Diário Oficial da União em 14/05/19, bem como, no Jornal o Estado de São Paulo na mesma data e refletem a integralidade dos fatos ocorridos ao longo do exercício de 2018.

A formatação final procurou incorporar plenamente o novo modelo de relatório de gestão, o que somente será possível com seu continuado aperfeiçoamento a partir de interações nesse sentido com essa corte de contas.

Marcio de Miranda Santos
Presidente do CGEE

Regina Maria Silverio
Diretora do CGEE

Joaquim Aparecido Machado
Diretor do CGEE

SCS Qdt. A, Lote C, Torre C, 4º andar
sala 401 a 405, Ed. Parque Cidade Corporativa
CEP: 70.300-300 - Brasília - DF Brasil
Tel.: (61) 3424-9650 - Fax: (61) 3424-9655

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

@CGEE_oficial | www.cgee.org.br

Anexo VI – Relatório Anual 2018 da Comissão de Acompanhamento e Avaliação (CAA) do Contrato de Gestão do CGEE

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO – CAA DO CONTRATO DE GESTÃO DO CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE

RELATÓRIO ANUAL JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comissão de Acompanhamento e Avaliação – CAA do Contrato de Gestão celebrado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, com a interveniência do Ministério da Educação – MEC, instituída pela portaria MCTI nº 261, de 14 de março de 2014, em cumprimento ao disposto na legislação vigente, reuniu-se em Brasília, na sede do CGEE, nos dias 8 e 9 de maio de 2019, para avaliar os resultados alcançados pela Organização Social no período de janeiro a dezembro de 2018, em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato.

Esta Comissão, cuja composição foi atualizada pela Portaria nº 6.652, de 21 de dezembro de 2018, atua em conformidade com o disposto na Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização, do Acompanhamento e da Avaliação de Resultados, do Contrato de Gestão. Estiveram presentes nesta reunião:

- . Rogério Amaury de Medeiros, especialista (Presidente da Comissão);
- . Maria Aparecida Stallivieri Neves, especialista;
- . Odilon Marcuzzo do Canto, especialista;
- . Alisson Rocha Machado, especialista;
- . Adiel Teixeira de Almeida, especialista;
- . Webster Spiguel Cassiano, representante institucional do MEC; e
- . Sylvia Helena Figueiredo Prata, representante institucional do ME.

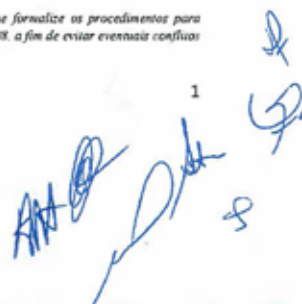
A Comissão reuniu-se com representação plena de seus membros constituintes, à exceção de Luiz Fernando Fauth, representante institucional do MCTIC. Acompanhou a reunião, como representante da Subsecretaria de Unidades Vinculadas – SUV, do MCTIC, Ana Paula Reche Corrêa. Por parte do Núcleo de Coordenação, Supervisão e Acompanhamento do MEC, compareceu Ana Cláudia Moura Torres, Assessora.

Todos os membros da Comissão presentes assinaram a declaração de não existência de conflito de interesse para o exercício da atividade de avaliação da OS. Os documentos serão anexados ao processo que trata do funcionamento desta CAA (Processo 01200.000902/2014-66 SEI/MCTIC), em consonância com o subitem 9.5.1 do Acórdão 3.304/2014-TCU-PLENÁRIO¹.

As atividades da CAA foram iniciadas às 09h13 do dia 08 de maio de 2019, cumprindo a agenda de trabalho encaminhada previamente pelo MCTIC.

¹ Acórdão 3.304/2014-TCU-PLENÁRIO. Subitem 9.5.1 – Recomendação. Recomendar ao MCTI que formalize os procedimentos para indicação e seleção dos integrantes da comissão de avaliação instituída pelo art. 8º da Lei nº 9.637/1998, a fim de evitar eventual conflito de interesse no desempenho das atividades de avaliação e de acompanhamento dos contratos de gestão.

1



2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

Para a elaboração do presente Relatório, a comissão baseou-se na sugestão de pauta enviada aos membros em 15 de abril de 2019, por meio do Ofício-Circular nº 127/2019/SEI-MCTIC, a saber: (1) Informes e organização dos trabalhos; (2) Apresentação do Relatório Anual 2018 pela Diretoria do CGEE; (3) Análise do Relatório Anual 2018. Avaliação do grau de alcance das metas pactuadas no Contrato de Gestão. Análise do Atendimento das Recomendações/Sugestões; (4) elaboração do Relatório Final CAA de Avaliação Anual 2018; e (5) Apresentação do Relatório Final CAA de Avaliação Anual 2018 ao CGEE.

3. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Na abertura dos trabalhos, a Diretoria do CGEE apresentou um resumo do Relatório Anual 2018, destacando as principais realizações. Foram apresentados os dois novos membros da Diretoria, Regina Silvério e Joaquim Machado, bem como relatado o processo de recondução do Presidente da OS.

A Comissão avaliou os produtos abaixo identificados, que foram apresentados por seus coordenadores durante os trabalhos de avaliação:

Produto: Avaliação Preliminar dos Resultados da Lei do Bem, Relatório 3.
Entrevistada: Ceres Zenaide Barbosa Cavalcanti

Produto: Indicadores de Inovação das Empresas Brasileira
Entrevistada: Regina Maria Silvério

Produto: Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil
Entrevistada: Sofia Daher e Carlos Duarte.

Produto: Apoio Técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CT&I.
Entrevistados: Jackson Maia e Cristiano Hugo Cagnin

Produto: Subsídios para a criação de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR
Entrevistada: Betina Ferraz Barbosa

Além dessas entrevistas, a Comissão ouviu o responsável pela Certificação ISO 9001, concedida ao CGEE em 2018, Paulo Medeiros, que detalhou os desafios tanto para a implementação, como para a manutenção dos requisitos exigidos para a referida certificação.

A Comissão identificou a possibilidade de potencialização dos resultados alcançados entre as ações pontuais (projetos) e as ações transversais (atividades), o que poderia ser alcançado por meio de estratégias de integração e sinergia, com foco no fortalecimento de competências institucionais de médio e longo prazos.

A CAA registra que todas as recomendações pendentes de outras avaliações foram sanadas pelo MCTIC e pelo CGEE após a finalização da Reunião de Avaliação Semestral 2018, momento em que foram emitidas duas novas recomendações, cujo atendimento foi avaliado nesta reunião, conforme se segue.

3.1. RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO DE AVALIAÇÃO SEMESTRAL 2018:

Ao CGEE e ao MCTIC

"Que as proposições da Comissão de Acompanhamento e Avaliação quanto aos ajustes ao Quadro de Indicadores e Metas do CGEE sejam incorporadas, na medida do possível, na contratualização de indicadores e metas para o ano de 2018".

Comentário da CAA – Relatório Anual 2018: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA.

AO CGEE

"Que o CGEE apresente no Relatório Anual 2018 a metodologia de coleta e dados, o detalhamento dos registros e os critérios de inclusão/exclusão dos registros na amostra coletada para o cálculo dos indicadores V (Visibilidade Institucional) e VI (Repercussão dos Trabalhos Desenvolvidos)".

Comentário da CAA – Relatório Anual 2018: RECOMENDAÇÃO ATENDIDA. A presente recomendação, em consonância com o Subitem 9.5.4 do ACÓRDÃO Nº 3.304/2014-TCU-PLENÁRIO², buscou a verificação não só das fontes, mas também dos critérios utilizados para a compilação dos resultados que refletem o desempenho da organização para os indicadores V e VI. Como resposta a esta recomendação, o CGEE apresentou a metodologia utilizada para os dois indicadores, conforme apresentado nas páginas 115 e 116 do Relatório.

Não foram emitidas novas recomendações.

² Subitem 9.5.4, ACÓRDÃO Nº 3.304/2014-TCU-PLENÁRIO. Recomendação: Recomendar ao MCTI que adote, em conjunto com as Comissões de avaliação, procedimentos para a conferência, ainda que por amostragem, dos dados apresentados nos indicadores de desempenho pactuados nos contratos de gestão, com vistas a obter razoável segurança de que as informações utilizadas como base para a avaliação dos contratos de gestão sob sua supervisão não contenham inconsistências ou distorções significativas.

3

3.2. AVALIAÇÃO DO GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS PACTUADAS

A Avaliação foi realizada com base nas informações contidas no Relatório Anual 2019, na apresentação da Diretoria e durante a reunião da Comissão no CGEE. A tabela abaixo traz a síntese dos resultados alcançados pelo CGEE no ano de 2018 em relação ao pactuado.

Tabela – Comparativo das Metas Programadas e Alcançadas no ano de 2018

Indicadores	Título	Unidade	Objetividade	Peso	Meta	Pactuado	2018			
							Realizado	Porcentagem	Nota	Peso
I	Execução Física de Plano de Ação	UA	Eficácia	8	até	28	28	100%	10	80
II	Taxa de Representação de Produto de Exportação	UA	Eficiência	2	até	9	9	100%	10	20
III	Exportação de Descontos	UA	Eficiência	1	até	28	28	100%	10	10
IV	Impacto dos projetos	UA	Eficiência	8	até	100	100	100%	10	80
V	Produtividade operacional	UA	Eficiência	0,5	até	270.000	18.750	10%	8	4,0
VI	Experiências dos trabalhos desenvolvidos	UA	Eficiência	0,5	até	270.000	100.100	100%	10	5,0
VII	Atividades participativas em Eventos Permanentes	UA	Eficiência	0,5	até	1.200	620	100%	10	5,0
VIII	Avaliação dos resultados dos projetos submetidos ao Edital do Contrato de Gestão pelo demandante	UA	Eficiência	0	até	100	100	100%	10	0
IX	Custo médio de produção por unidade	UA	Eficiência	1	até	1,25 (indicador 2,575 do mercado)	0,82	100%	10	10
X	Custo de manutenção operacional	Peso (UA)	Eficiência	0,5	até	1.7.200.000,00	4.470.073,72	100%	10	5,0
										86,0
										Nota Final: 9,61

Analisada a tabela "Comparativo das Metas Programadas e Alcançadas no ano de 2018", a Comissão destacou as seguintes considerações:

Registre-se que, em relação ao Indicador IV, a Comissão recebeu a Carta CT.CGEE/039/2019, de 9 de maio de 2019, na qual são explicitadas as razões pelas quais esse indicador não foi implementado para os produtos do ciclo 2018. A Comissão julgou pertinentes as explicações apresentadas e acatou a solicitação de não contabilização do indicador no cálculo da nota final.

Quanto ao Indicador VIII, este ainda não está disponível nesta análise, pois a homologação dos resultados pelos demandantes ainda está em andamento. Trata-se de restrição técnica que deverá ser sanada na próxima avaliação pelo MCTIC, uma vez que os produtos do ciclo 2019 foram solicitados em conformidade com os procedimentos preconizados. A Comissão avaliou as homologações dos produtos relacionados à Consulta em Telecomunicações e Competências em Bioeconomia.

Assinaturas:

4. ENCAMINHAMENTOS PARA A REUNIÃO SEMESTRAL 2019

A Reunião de Avaliação Semestral 2019 da CAA foi pré-agendada para os dias 25 e 26 de setembro de 2019.

5. CONCLUSÃO

Após analisar as informações constantes do Relatório Anual 2018, respectivos documentos comprobatórios e entrevistas com gestores de projetos, bem como as informações prestadas pela Direção do CGEE ao longo desta reunião e em suas apresentações, esta Comissão conclui que o CGEE alcançou os resultados esperados, com nota global 9,61.

Brasília, 9 de maio de 2019.



Rogério Amaury de Medeiros
Presidente da Comissão



Maria Aparecida Stallivieri Neves
Especialista



Odilon Marcuzzo do Canto
Especialista



Adiel Teixeira de Almeida
Especialista



Alisson Rocha Machado
Especialista



Sylvia Helena Figueiredo Prata
Representante do ME



Webster Spiguel Cassiano
Representante do MEC